

Sumário

Número de notícias: 23 | Número de veículos: 18

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Hoje é o último dia para declarar o IR 2023; veja como fazer.....3

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Novo texto da regra fiscal é "transtorno" para 2024, afirma Ceron.....5

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Sem maioria no Congresso, governo vê sete MPs perderem a validade nesta semana.....8

VALOR ONLINE - PUBLICADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Políticas sem avaliação preocupam, diz Lisboa.....10

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Contas do governo têm saldo de R\$ 15,6 bi em abril.....13

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Mercado não está tão ruim quanto aparenta.....14

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Discussão sobre crédito de PIS e Cofins pode virar nova "tese do século".....16

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL - RUMOS DA ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Políticas sociais têm avanços com mudança de rota.....18

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

O centenário do Imposto de Renda (Artigo).....21

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Grupo da reforma tributária acelera debates.....23

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Para governo, regra fiscal saiu da Câmara mais dura que original.....25

FOLHA ONLINE - SP - FOLHAINVEST
REFORMA TRIBUTÁRIA

Juros no Brasil estão em níveis atraentes e há boas oportunidades, diz BlackRock.....27

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Quantos dias o brasileiro precisa trabalhar no ano só para pagar impostos?.....29

PORTAL UOL - ECONOMIA
ANFIP

Rico paga menos: por que impostos do Brasil são considerados injustos e atrasados
.....30

VALOR ONLINE - PUBLICADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Viés intervencionista de Lula cria ruídos e afasta investimentos	33
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Gasolina deve subir em 22 estados e no Distrito Federal com novo ICMS	35
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Medida pode custar R\$ 600 mi "ou um pouco mais", afirma secretário	38
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Governo estuda bancar benefício com receita de aposta esportiva	39
VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL - RUMOS DA ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Economia vive tensão monetária e fiscal	40
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Governo precisa de R\$ 120 bi para poder gastar mais em 2024, diz economista	42
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Dois histórias de construção institucional - ZEINA LATIF	44
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Tebet diz ver espaço para baixar juros em 0,25 ponto em agosto	46
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Superávit menor não muda previsão oficial de rombo	48

Hoje é o último dia para declarar o IR 2023; veja como fazer

Fernando Narazaki e Cristiane Gercina

O prazo para declarar o Imposto de Renda 2023 chega ao final nesta quarta (31), às 23h15. Segundo a **Receita Federal**, até as 20h desta terça-feira (30), 37 milhões haviam prestado contas, um número recorde.

O órgão prevê que 38,5 milhões a 39,5 milhões de declarações devem ser enviadas. Quem é obrigado e atrasa o envio paga multa. O valor mínimo é de R\$ 165,74 e pode chegar a 20% do imposto devido no ano.

Até o momento, 63% vão restituir imposto, 19% devem pagar IR e 18% não têm nem imposto a restituir nem a pagar.

O primeiro lote de restituição já está aberto para a consulta e o pagamento será feito também nesta quarta.

Esse será o maior lote do IR, com um valor total de R\$ 7,5 bilhões e 4,1 milhões de contribuintes. Haverá ainda mais quatro lotes entre junho e setembro, sempre com o pagamento no último dia útil. A ordem segue a lista de prioridades e a data de entrega.

Para os declarantes de última hora, há ao menos dois caminhos mais fáceis: utilizar a declaração pré-preenchida ou mandar o IR incompleto e, depois, corrigir os dados que faltam com uma retificadora.

Contadores recomendam o uso da declaração pré-preenchida, como já foi feito por mais de 8 milhões de contribuintes, 23% do total, quantidade recorde desde a implantação da ferramenta em 2021.

A pré-preenchida traz os dados que constam no ano anterior e as informações enviadas por empresas, bancos, corretoras, profissionais e estabelecimentos ligados à saúde, imobiliárias, cartórios de imóveis e órgãos governamentais como a Receita e o **INSS**.

Porém, a pessoa deve checar as informações antes de enviar a declaração, já que a responsabilidade sobre os dados é do contribuinte, não de quem passou a informação.

Especialistas constataram erros na pré-preenchida com divergências nos valores de saúde,

investimentos, imóveis, aposentadoria e pensão, além de dados duplicados.

A declaração pré-preenchida está disponível para todos os contribuintes com conta gov.br prata ou ouro. Ela pode ser feita no programa gerador do IR no computador, online, no e-CAC ou Portal Gov.br, ou pelo computador ou tablet, no aplicativo Meu Imposto de Renda.

Quem optar por preencher declaração pelo computador deve baixar o programa. Já quem for preencher o IR online deve entrar no e-CAC (Centro de Atendimento Virtual) ou no gov.br e buscar por "Meu Imposto de Renda". Basta clicar no ano de 2023 e iniciar a declaração.

Os contribuintes com imposto a restituir que optarem por receber os valores por Pix ao enviar a declaração entram na lista de prioridades e terão o dinheiro antes. A mesma regra vale para quem optar pela declaração pré-preenchida.

Quem tem imposto a pagar pode quitar o valor à vista, em cota única, até esta quarta, ou parcelar em até oito vezes.

O pagamento parcelado é feito gerando os Darfs (Documentos de Arrecadação de Receitas Federais) mês a mês ou por débito automático, que só pode ser feito agora a partir da segunda parcela.

Contribuintes com dependentes podem pagar menos IR ou aumentar restituição, mas é preciso verificar as regras para saber quem pode ser declarado como dependente.

Segundo a legislação, é possível informar como dependentes no IR filhos e enteados de até 21 anos (ou 24 anos se estiverem estudando), além de pais, avôs e bisavôs, caso atendam às normas legais.

De cada dez contribuintes que caem na malha fina, dois têm a declaração retida pela **Receita Federal** por inconsistências nos gastos com saúde.

São duas as principais falhas que levam à malha fina: tentar deduzir gastos que não têm amparo legal para dedução e informar valores divergentes da fonte que recebeu o recurso, nesse caso, a clínica, hospital ou o

profissional prestador de serviços.

"Normalmente, [as falhas] são causadas pela não confirmação das informações pela parte recebedora. Ou seja, declaro que pagueiX, mas quem recebeu não confirma esse valor. Ou gasto classificado fora de um padrão do contribuinte", diz o fisco.

Quando o erro é do contribuinte, basta que ele envie uma declaração retificadora. Mas, se a inconsistência no dado é da fonte, o cidadão terá de apresentar os documentos comprobatórios à Receita.

A principal orientação é ter toda a documentação "hábil e idônea" antes de preencher e enviar a declaração do IR.

Segundo Richard Domingos, da Confirp Consultoria Contábil, entende-se por documento idôneo nota fiscal (prestador de serviços que tenha CNPJ) ou recibo (serviços prestados por pessoa física), além de comprovante do pagamento feito pelo contribuinte (como canhoto das folhas de cheque, extrato emitido após quitação do débito com cartão e o recibo do Pix).

Deve declarar o IR quem, em 2022...

Recebeu rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70, o que inclui salário, aposentadoria e pensão do **INSS** ou de órgãos públicos

Recebeu rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte acima de R\$ 40 mil

Teve ganho de capital na alienação (transferência de propriedade) de bens ou direitos sujeitos à incidência do imposto

Teve isenção do IR sobre o ganho de capital na venda de imóveis residenciais, seguido de aquisição de outro imóvel residencial no prazo de 180 dias

Realizou operações na Bolsa de Valores que, no total, superaram R\$ 40 mil, ou obteve lucro com a venda de ações que são sujeitos à incidência do imposto

Tinha, em 31 de dezembro, posse ou propriedade de bens e direitos, inclusive terra nua, acima de R\$ 300 mil

Obteve receita bruta na atividade rural em valor superior a R\$142.798,50 no ano

Quer compensar prejuízos da atividade rural de 2022 ou de anos anteriores

Passou a morar no Brasil em 2022 e encontrava-se nessa condição em 31 de dezembro de 2022

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50293&anchor=6478154&maxTouch=0&_ga=2.118290702.623791784.1685329739-1980247189.1672582619&pd=cf441e1db0c79f498f19c0b1fe807170

Novo texto da regra fiscal é "transtorno" para 2024, afirma Ceron



Rogério Ceron, secretário do Tesouro: "Talvez um dos grandes pontos positivos do arcabouço é amarrar muito fortemente a receita com a despesa"

Guilherme Pimenta, Lu Aiko Otta e Estevão Taier De Brasília

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, disse em entrevista exclusiva ao Valor que a redação final do arcabouço fiscal aprovado pela Câmara dos Deputados na última semana criou um "transtorno grande" para a elaboração do Orçamento de 2024. Assim, se o texto não for alterado no Senado, a peça será enviada até o fim do agosto com um corte em despesas discricionárias estimado entre R\$ 40 bilhões a R\$ 60 bilhões, problema que será solucionado somente nos primeiros meses do próximo ano.

Isso porque houve uma mudança na regra fiscal, condicionando alta dos gastos à arrecadação e às estimativas de **inflação** que serão apuradas apenas em 2024. Após as polêmicas e estimativas de alta nas despesas divulgadas por analistas de mercado, o texto elaborado pelo relator, deputado Cláudio Cajado (PP-BR), mudou a versão anterior e estabeleceu que o aumento de 2,5% dos gastos públicos acima da **inflação** dependerá da elevação da arrecadação. A primeira versão do relatório previa que essa alta da despesa poderia ocorrer independentemente de uma elevação da receita.

O texto também prevê um mecanismo semelhante para a correção das despesas pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Como o orçamento é enviado ao Congresso em agosto, ele conterá a **inflação** acumulada e apurada de julho do ano

anterior a junho do ano de tramitação do projeto. No início de 2024, quando a **inflação** completa do ano anterior for divulgada, a diferença positiva poderá ser utilizada para ampliar o limite das despesas por meio de um crédito a ser submetido ao Congresso Nacional.

Nos cálculos do Tesouro, a defasagem do crescimento da receita real pode reduzir as despesas em até R\$ 20 bilhões, enquanto a diferença nas estimativas de **inflação** pode chegar a R\$ 40 bilhões, resultando nessa diferença máxima de R\$ 60 bilhões.

O secretário avaliou que 2024 será o ano mais desafiador em termos de elaboração do orçamento, pois será necessário reacomodar os gastos mínimos com saúde e educação. As regras que determinam os pisos para essas duas áreas ficaram suspensas pela regra do teto.

Ele estimou que, para cumprir as metas de resultado previstas no novo arcabouço, será necessário aumentar as receitas em algo como R\$ 120 bilhões a R\$ 140 bilhões.

Leia a seguir os principais pontos da entrevista: Valor: Em live do Valor com "O Globo", a ministra do Planejamento, Simone Tebet, disse que, da forma como o projeto do arcabouço passou na Câmara, será necessário cortar cerca de R\$ 40 bilhões em despesas discricionárias no orçamento de 2024. Poderia detalhar isso?

Rogério Ceron: Da forma como ficou o texto, só depois que se apurar a diferença de **inflação** [entre a ocorrida de julho a junho e a observada até dezembro], pode-se abrir um crédito adicional. Isso gera um problema para a elaboração da peça orçamentária. Antes, era possível utilizar a previsão de **inflação**.

Agora, não mais. Assim, será necessário mandá-la com uma despesa discricionária menor.

Virando o ano, comprovado que ficou a maior **inflação**, aí abre-se o crédito adicional. Vai ser uma peça orçamentária mais feia.

Mas é uma questão muito pontual para 2024.

Valor: Qual o tamanho do problema?

Ceron: O impacto é de 2 pontos percentuais em R\$ 2 trilhões, então estamos falando de R\$ 35 bilhões, R\$ 40 bilhões a menos na peça orçamentária. Ficou lá no artigo 15 a possibilidade da ampliação em caso de performance [da receita], mas também não posso pôr na peça orçamentária.

Somando os dois, estou falando entre R\$ 40 bilhões e R\$ 60 bilhões a menos. Por isso a ministra está dizendo que ajudaria muito se pudesse fazer a peça orçamentária já com esse espaço orçamentário, ainda que sob condição.

Valor: R\$ 50 bilhões a menos em relação a quê?

Ceron: Em relação ao piso deste ano, corrigido. Vai ter esse espaço a menor.

Valor: Dá para mudar o texto no Senado?

Ceron: A ministra está com essa agenda de tentar dialogar para explicar as dificuldades que vão ser enfrentadas do ponto de vista operacional. Ela quer conscientizar os senadores da situação e ver se tem espaço para aperfeiçoar a redação.

Valor: É um problema orçamentário.

Isso afeta a Fazenda de que forma?

Ceron: Como Fazenda, estamos olhando o espaço fiscal. E o espaço fiscal é o mesmo. Então, de um jeito ou de outro, as coisas se resolvem.

Valor: Existe estimativa do espaço fiscal que vai ter para o pacote anunciado pelo MDIC na semana passada, do setor automotivo?

Haddad falou de ficar abaixo de R\$ 2 bilhões.

Ceron: Isso está em discussão.

O intuito é que ele seja algo temporário, com o menor impacto possível. O ministro está montando um leque para apresentar para o presidente.

Valor: Já há dados sobre os efeitos das medidas de arrecadação tomadas em janeiro?

Ceron: Não tem um balanço.

No Litígio Zero, um balanço parcial mostrava um conjunto grande, dezenas de bilhões de reais. Outras, como a reoneração, estão batendo com o que foi previsto. O que pode ter efeito é alguma MP [Medida Provisória] caducar. O **Carf [Conselho Administrativo de Recursos Fiscais]**, é importante endereçar, porque alguma solução é melhor do que a

indefinição. Se não, a arrecadação vai ser menor.

Isso vale para as outras MPs que envolvem a área econômica.

Valor: O governo revisou para cima a projeção de déficit. A mediana do mercado está na faixa dos R\$ 100 bilhões. Acreditam numa revisão para melhor?

Ceron: Vai depender um pouco dos próximos meses. Há dois movimentos distintos. Tem uma melhora na expectativa de crescimento econômico. Isso, naturalmente, faria com que as casas revisassem para baixo o déficit público.

Por outro, você tem câmbio menor e **inflação** menor, que são coisas positivas mas impactam as receitas. Eu acredito que tende a ficar neutro no curto prazo. E aí, conforme as outras medidas foram se materializando, aí [os analistas] podem ir revisando eventualmente um pouquinho para baixo de R\$ 100 bilhões.

Valor: O ministro tem falado muito na revisão de gastos tributários, mas algumas casas de análise têm feito pesquisas internas junto a parlamentares que mostram pouco apetite em revê-los. Isso traz preocupação do ponto de vista do cumprimento das metas do arcabouço no longo prazo?

Ceron: Talvez um dos grandes pontos positivos do arcabouço é amarrar muito fortemente a receita com a despesa. E também ter gatilhos de proibição de renúncia de receita. Isso vai ser um trabalho de conscientização, de deixar claro que a renúncia de receita vai implicar num espaço fiscal menor, o que também afeta congressistas. Eles também têm pautas setoriais: educação, saúde, assistência social, investimento público em infraestrutura.

Ao renunciar receitas, vão gerar um percentual menor de crescimento.

Valor: Alguns economistas alertam para a dificuldade de o arcabouço conviver com três gastos: salário mínimo, saúde e educação e servidores. Corremos o risco de ver de novo o problema que havia com o teto, de algumas despesas crescerem muito e comprimirem as discricionárias?

Ceron: O crescimento real das despesas de 0,6% a 2,5% permite acomodar crescimento de algumas despesas. Algumas vão ficar congeladas ou crescer com a **inflação**, e outras vão ter crescimento real. Mas isso é mais fácil de acomodar. É mais crível do que quando você tinha crescimento zero para tudo, como na regra do teto.

Valor: E a volta dos gastos mínimos em saúde e educação, que estão suspensos pela regra do teto?

Ceron: O ano de 2024 é o mais desafiador, porque tem que acomodar o piso da saúde e da educação.

São meritórios, mas ocupam um espaço significativo.

Valor: Qual a necessidade de aumento da receita líquida até 2027 para vocês cumprirem as metas de resultado primário? Há estimativas externas de R\$ 300 bilhões.

Ceron: Para o ano que vem, é preciso crescer acima de 7% real para ter condições, com algum contingenciamento, algum empoçamento, para você cumprir o primário, ou seja, R\$ 120 bilhões, R\$ 140 bilhões. E aí depois você vai ter que ir escalando isso para gerar meio por cento do **PIB** de crescimento.

Valor: A Instituição Fiscal Independente apontou avanços no arcabouço, mas disseram que a regra é muito complexa e não estaria em linha com diretrizes do FMI. O quanto a complexidade dificulta aos agentes perceberem a sustentabilidade da dívida?

Ceron: Discordo tecnicamente.

A diferença é que antes se trabalhava com uma variável [despesa].

Agora, se trabalha com três: receita, despesa e resultado. Despesa cresce menos do que receita, e há um limite para o crescimento da despesa. Essa é a essência do arcabouço. As pessoas misturam: a regra para 2024 ficou confusa, por isso acham que o arcabouço é complexo.

- "O crescimento real de 0,6% a 2,5% permite acomodar crescimento de algumas despesas"

- "A regra para 2024 ficou confusa, por isso acham que o arcabouço é complexo"

Site: valor.globo.com/virador/#/edition/187563

Sem maioria no Congresso, governo vê sete MPs perderem a validade nesta semana

Brasília

Hellen Leite, do R7, em Brasília

Com falhas na articulação política e sem maioria no Congresso, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) está assistindo à dissolução de sete medidas provisórias nesta semana. Elas perdem a validade nesta quinta-feira (1º), e apenas uma, a que trata da reestruturação da Esplanada dos Ministérios, deve ser votada antes do fim do prazo. Até o momento, 21 MPs estão na fila para serem analisadas.

A medida provisória é um ato do presidente da República que tem força de lei imediata. No entanto, elas precisam da aprovação do Congresso Nacional para terem efeito permanente e se tornarem leis definitivamente.

Compartilhe esta notícia no WhatsApp

Compartilhe esta notícia no Telegram

Entre as medidas que vão perder a validade sem análise, a que mais preocupa é a MP (1160/2023), que retomou o voto de desempate a favor da **Receita Federal** nos julgamentos do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**). A medida permite a representantes do Ministério da Fazenda desempatarem votações em julgamentos de processos tributários na **Receita Federal**, o que renderia cerca de R\$ 50 bilhões em arrecadação para o governo em 2023.

Acreditando que o Congresso não vai votar a MP, o Executivo transformou a matéria em um projeto de lei, com pedido de urgência na tramitação. No entanto, o tema enfrenta resistência da oposição. Enquanto o projeto de lei não for votado, as votações empatadas sobre as infrações tributárias voltam a ser decididas a favor do contribuinte.

Outra medida provisória prestes a vencer e que impacta o Ministério da Fazenda tem a ver com a passagem do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) do Banco Central para a gestão de Haddad (MP 1158/2023). Havia a expectativa de o

tema ser contemplado na MP que reestruturou a Esplanada, mas a ideia foi rejeitada por parlamentares. Com isso, Haddad perde o Coaf, e o órgão volta ao guarda-chuva do Banco Central.

A MP 1156/2023 que extinguiu a Funasa também vai perder a validade antes da votação. No entanto, a autorização para acabar com o órgão foi incluída no relatório da reestruturação dos ministérios, de autoria do deputado Isnaldo Bulhões (MDB-AL). Com isso, as competências da fundação foram alocadas dentro do Ministério das Cidades e da Saúde.

Confira outras MPs que vencem em 1º de junho:

MPV 1155/2023 : adicional complementar do Programa Auxílio Brasil e do Programa Auxílio Gás dos Brasileiros;

MPV 1157/2023 : redução de alíquotas de **tributos** incidentes sobre os combustíveis; e

MPV 1159/2023 : exclusão do ICMS da base de cálculo dos créditos da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.

A única medida provisória prestes a vencer que deve ser votada é a da reestruturação da Esplanada, com a desidratação das pastas comandadas pelas ministras Marina Silva (Meio Ambiente e Mudança do Clima) e Sônia Guajajara (Povos Indígenas).

Uma das principais mudanças no texto devolve ao Ministério da Justiça e Segurança Pública a atribuição de demarcar terras indígenas. Com a MP, o governo Lula havia transferido essa responsabilidade para o Ministério dos Povos Indígenas.

Outra mudança aconteceu nas competências do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Pelo texto do relator, o Cadastro Ambiental Rural (CAR) sairia da pasta comandada por Marina Silva e passaria para o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, de Esther Dweck.

Apesar de não contemplar os desejos do governo, o ministro da Secretaria das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse nesta terça-feira (30) que o governo vai defender o atual relatório.

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/sem-maioria-no-congresso-governo-ve-sete-mps-perderem-a-validade-nesta-semana-31052023>

Políticas sem avaliação preocupam, diz Lisboa

Por Anaís Fernandes - De São Paulo

A avaliação e a gestão das políticas públicas viabilizam melhorias contínuas dos processos para que metas cada vez mais ambiciosas sejam atingidas em áreas como educação, saúde e saneamento. Essa, no entanto, é uma agenda que não faz parte do discurso político atual e que preocupa quem pensa no país a longo prazo, segundo o economista Marcos Lisboa.

"No fim, a qualidade do serviço prestado aos cidadãos não aparece no debate", afirma Lisboa, que já foi secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda (2003 a 2005) e presidente do Insper.

No curto prazo, ele diz ver com bons olhos o interesse do novo governo pela **reforma tributária** e por uma regra fiscal com controle de gastos. Mas Lisboa aponta também falhas em certos discursos sobre a reforma e no desenho adotado para o arcabouço. Ele critica ainda o que chama de debate "disfuncional" e "destemperado" sobre a taxa de juros, "o que tem custado caro para o país em termos do ambiente de negócios, do investimento e do controle da **inflação**".

Qualidade do serviço prestado aos cidadãos não aparece no debate"

- Marcos Lisboa

Olhando mais à frente, Lisboa, que foi um dos arquitetos da agenda de reformas microeconômicas do primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), se diz preocupado com a agenda de benefícios setoriais aprovada nos últimos anos e com a insegurança contratual e jurídica que persiste no país e que ficou evidente em casos recentes como o da recuperação judicial do grupo Light ou os questionamentos do governo federal à capitalização da Eletrobras.

A seguir os principais pontos da entrevista ao Valor:

Notícias boas no curto prazo...

Vejo algumas boas notícias no começo deste governo. A primeira é ele apoiar uma **reforma tributária**, que é de imensa contribuição ao ambiente de negócios do Brasil. Tem uma dificuldade de explicar a reforma e garantir que as regras vão valer, o que não tem sido o

caso no Brasil, mas é uma reforma importante. A segunda é o governo reconhecer a importância de ter limite para os gastos. Durante bastante tempo, pessoas que apoiaram o governo e economistas elogiados por ele foram críticos a um teto. É uma mudança importante o governo reconhecer a importância de ter uma trajetória fiscal e a necessidade de estabilização da dívida.

...e outras nem tanto

Com cerca de R\$ 80 bilhões, a "PEC da Transição" dava conta da expansão do Bolsa Família. Os quase R\$ 200 bilhões que vieram foram demasiados e isso teve impactos que vemos agora, como a dificuldade de controlar a **inflação**, a dívida pública que está mais alta do que poderia e a taxa de juros elevada. O excesso da PEC teve consequências ruins para a estabilização do país nesse momento.

Discussão disfuncional dos juros

O debate sobre a taxa básica de juros está bastante disfuncional. Está se criando um ruído sobre a condução da política monetária que tem o efeito contrário ao que espera quem defende uma Selic menor. O efeito disso é a maior dificuldade de o Banco Central reduzir a taxa e também o aumento dos juros de longo prazo. Temos tido uma volatilidade muito alta das taxas em função dessas discussões disfuncionais e um pouco destemperadas sobre os juros, o que tem custado caro para o país em termos do ambiente de negócios, do investimento e do controle da **inflação**. Mais leniência com a **inflação** significa mais desequilíbrio macroeconômico e condições piores para a retomada do crescimento. Basta olhar para países como Argentina, Turquia ou o próprio Brasil em 2011: o resultado de tentar baixar a taxa de juros com a **inflação** alta não foi mais crescimento, foi mais **inflação**.

Falhas no arcabouço fiscal

Outro problema preocupante é a forma como foi desenhado o controle de gastos. No arcabouço fiscal, há um entorno macroeconômico de limitar o crescimento pelo aumento da receita do ano anterior, mas interrompe a validade do teto e retoma a indexação de despesas com saúde e educação à receita corrente. Isso acaba comprimindo os demais

gastos. Tem que ter um crescimento bastante alto da receita para poder gerar o resultado primário prometido e estabilizar a dívida. É um desafio muito grande. Pelas simulações, esse arcabouço não para de pé. A dívida deve chegar acima de 80% do **PIB** no fim da década. E, com todas essas indexações, crescimento da atividade não ajuda muito.

Más notícias no longo prazo

Para o crescimento de longo prazo, as notícias são preocupantes. Nos últimos dois anos, foram adotadas diversas medidas que vão na contramão do aumento de produtividade. Houve uma agenda no legislativo de aprovação de medidas de proteção a setores, para semicondutores, por exemplo. Foram mais de 40 medidas aprovadas para gerar benefícios a grupos organizados, mas que prejudicam a produtividade e o crescimento.

Discurso tributário equivocado

Fico preocupado com o discurso do governo, que tem falado basicamente de disputas entre **Receita Federal** e contribuintes. Os grandes gastos tributários do Brasil estão no Simples, no regime de lucro presumido, na Zona Franca de Manaus, nas deduções com saúde e educação [no Imposto de Renda]. O governo não tem falado desses itens.

As leis no Brasil são repletas de exceções, casos particulares e regimes especiais que os contribuintes utilizam com frequência. Isso gera um contencioso tributário descomunal. As disputas entre Receita e contribuintes no tribunal administrativo, o **Carf**, somam cerca de 15% do **PIB**. Na esfera judicial, chegam a 75% do **PIB**. Na média da OCDE [grupo que reúne grandes economias], é 0,28%. É muito saudável mudar as leis, elas não são razoáveis, mas o país criou esses regimes, não dá para tratar quem usa a lei como sonegador. Acho que é um discurso equivocado.

Novos subsídios a carros

Entendo que a indústria automobilística esteja passando por dificuldades, mas, com toda a agenda dos governos de subsidiar o setor, ele tem fracassado recorrentemente no Brasil. É uma agenda de fôlego curto e sem avaliação de impacto. O Inovar-Auto foi assim, o Rota 2030 também. Não se avalia se foram bons para a sociedade. Fala-se em "carro popular" como se fosse para os pobres. Os pobres ganham até um, dois salários mínimos, não vão comprar um carro de R\$ 50 mil. É subsídio para quem está nos 10% mais ricos ou menos. Será que é o momento de o governo oferecer isso a montadoras que não conseguem se reinventar, ser mais eficientes e produtivas? É compreensível apoiar uma indústria

nascente, mas as montadoras estão no Brasil há mais de 70 anos.

A indústria automobilística tem dificuldades até pelo excesso de protecionismo concedido. É preciso abrir esse mercado, para que possam comprar componentes e máquinas eficientes do mundo; é preciso estar integrado às cadeias globais de produção, poder exportar automóveis, mas não dá para fazer isso quando se está produzindo quase que exclusividades brasileiras, como os carros de baixa cilindrada. Ai, não vai ter escala.

Investimentos em capital físico...

Assim como na discussão sobre juros, o governo está gerando mais incerteza e dificultando os investimentos. Por exemplo: o Congresso aprovou o marco do saneamento e eu tenho minhas críticas, porque a gestão das águas no Brasil é complexa, mas o governo não pode resolver isso por decreto do Executivo. O marco foi um avanço em relação ao que existia, e o governo falar "não é bem assim" gera dúvidas e atrapalha investimentos.

Há também incertezas tributárias, jurídicas, rompimento de contratos juridicamente perfeitos. Veja o caso da Linha Amarela no Rio de Janeiro [a Prefeitura obteve aval da Justiça para anular a concessão rodoviária sem pagar indenização], da Light, sendo que concessionárias não podem entrar em recuperação judicial. Isso é típico do Brasil: para resolver o caso particular de uma empresa, regras são rompidas e não se percebe que, ao fazer isso, está enfraquecendo o mercado de crédito, de financiamento, de capitais. Houve a capitalização da Eletrobras, quem comprou ações acreditou que as regras valeriam e, agora, o governo federal está questionando.

...e no capital humano

Tem uma agenda muito importante para o país sobre como melhorar a gestão do processo de educação, do ensino na sala de aula, do corpo docente, do aprendizado dos alunos, como garantir menor evasão. Esse é um tema que não tem sido discutido. Deveriam existir critérios claros para avaliar o aprendizado dos alunos, por exemplo, em português e matemática no ciclo básico. A evidência indica que eles são fundamentais para a capacidade de as pessoas terem melhores empregos e maior chance de estarem empregadas. Pela quantidade que o Brasil coloca de recursos em educação, era para ter um resultado muito melhor no Pisa [Programa Internacional de Avaliação de Estudantes].

A agenda que falta

Uma agenda que falta é essa, da qualidade da política pública. Precisamos discutir a qualidade do gasto e fazer gestão e avaliação das políticas. Precisamos ter mais metas para qualidade das políticas em educação, saúde, saneamento, e avaliar se o que é feito está entregando os resultados esperados e, se não está, como aperfeiçoar a gestão. No fim, a qualidade do serviço prestado aos cidadãos não aparece no debate. A melhora contínua dos processos para atingir metas cada vez mais ambiciosas não faz parte do discurso atual, e isso preocupa.

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP
Políticas sem avaliação preocupam, diz Lisboa

Site:

<https://valor.globo.com/publicacoes/especiais/rumos-da-economia/noticia/2023/05/31/politicas-sem-avaliacao-preocupam-diz-lisboa.ghtml>

Contas do governo têm saldo de R\$ 15,6 bi em abril

**I FERNANDA TRISOTTO e THAÍS BARCELLOS/
BRASÍLIA**

As contas do Governo Central registraram superávit em abril, quando a diferença entre as receitas e as despesas (sem contar os juros da dívida) ficou positiva em R\$ 15,604 bilhões.

O resultado sucedeu ao déficit (saldo negativo) de R\$ 7,085 bilhões em março. O saldo - que reúne as contas do Tesouro Nacional, da **Previdência Social** e do Banco Central - foi o melhor para o mês desde 2022 (R\$ 30,2 bilhões).

Nos quatro primeiros meses do ano, o saldo é de R\$ 47,165 bilhões, o melhor desde 2022 (R\$ 84,675 bilhões). Em 12 meses até abril, o superávit é de R\$ 22,3 bilhões. A meta fiscal para este ano admite déficit de até R\$ 231,5 bilhões, mas o Ministério da Fazenda projeta rombo de R\$ 136,2 bilhões.

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, classificou como um resultado importante o superávit até abril considerando o contexto desafiador no período, com renúncia de receitas e aumento de despesas.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mercado não está tão ruim quanto aparenta

Alex Ribeiro São Paulo

O crédito bancário seguiu em desaceleração em abril, com uma queda de 0,1% nos estoques e retração de 17,5% nas concessões.

No entanto, um exame mais cuidadoso dos dados da nota de crédito bancário divulgada ontem pelo Banco Central (BC) mostra que a situação não é tão negativa quanto parece.

O mercado de capitais está suprindo uma parte das necessidades de financiamento das empresas desde 2017, quando o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) começou a perder importância.

Em abril, o estoque dos títulos privados teve um aumento de 3%, chegando a R\$ 1,455 trilhão, voltando a ganhar vigor depois de uma certa apatia durante o escândalo da Americanas.

De um lado, as grandes empresas reduziram o endividamento no sistema bancário em 1,4% em abril, o que significa um encolhimento de R\$ 15,5 bilhões no estoque de operações. De outro, aumentaram em R\$ 45 bilhões o estoque de títulos no mercado.

As empresas também fazem captações no mercado externo, e as estatísticas do Banco Central mostram um decréscimo de 3,2% no estoque dessas operações, que somaram R\$ 1,738 trilhão em abril. Uma parte dessa redução, porém, se deve à valorização do real ante o dólar, de 1,47%.

Outro fator que influenciou a leve queda nas operações de crédito bancário é a sazonalidade.

Nos primeiros meses de cada novo trimestre, costuma haver uma queda nas operações feitas pelas empresas nas linhas de desconto de duplicatas. Em abril, o estoque dessas operações se reduziu em 7,7%, um pouco mais do que em igual período do ano anterior, quando encolheu 6,6%.

Ninguém nega que esteja havendo uma redução no ritmo de crescimento do crédito a empresas, o que já era esperado depois que o Banco Central subiu os juros a 13,75% ao ano para esfriar a economia. O ponto é que, nos últimos meses, alguns analistas econômicos chegaram a prever um colapso no mercado de crédito, que não ocorreu.

O que há é um pouso suave.

Nos 12 meses encerrados em abril, o crescimento no estoque de crédito a pessoas jurídicas foi de 4,6%; em igual período encerrado em março, havia sido de 5,7%. Quando são considerados em conjunto o mercado de crédito e de capitais, também ocorre uma desaceleração, porém em patamares ainda bem elevados.

O crescimento do estoque em 12 meses recuou de 16,9% em março para 15,3% em abril.

Nas concessões, a queda de 17,5% ocorrida em abril nas operações a empresas e famílias também assusta, mas na verdade é menor do que aparenta.

Esse dado está distorcido pelo fato de que, em março, houve 23 dias úteis, enquanto abril teve só 18 dias úteis.

O mais correto é olhar os dados dessazonalizados, que apresentaram uma queda bem menor, de 1,5%, entre março e abril.

O chefe do Departamento de estatísticas do Banco Central, Fernando Rocha, alertou, porém, que mesmo esses dados dessazonalizados devem ser examinados com cautela. Segundo ele, devido à grande diferença de dias úteis, a metodologia padrão pode não ter feito a correção completa da sazonalidade - e, portanto, a queda nas concessões poderia ser menor que o 1,5% estimado.

Essa questão dos dias úteis pode ter afetado também os estoques de crédito a pessoas físicas, sobretudo nas operações com cartão à vista. Essas operações tem um prazo menor, e as concessões influenciam muito os estoques.

O estoque de crédito a pessoas físicas cresceu 0,2% e, sem o efeito de dias úteis, provavelmente teria crescido mais.

Olhando num prazo mais longo de tempo, porém, há mais evidências de continuidade de desaceleração no crédito a pessoas físicas. A expansão do estoque ficou em 15,7% nos 12 meses até abril, ante 16,7% em março.

Em parte, essa desaceleração ocorreu porque houve o descarte nas estatísticas do mês de abril de 2022, quando os empréstimos garantidos por benefícios

previdenciários tiveram uma expansão de R\$ 10 bilhões devido ao aumento da margem consignável do **INSS**.

Na entrevista em que apresentou os dados, Rocha evitou responder diretamente se a desaceleração do crédito em abril está em linha com o esperado pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC. Mas lembrou que, nas comunicações anteriores, o comitê havia expressado sua visão de que os juros altos estavam tendo o efeito previsto na contratação de financiamentos na economia.

Rocha também disse que os impactos de Americanas no mercado de crédito seguiam localizados.

No caso do crédito bancário, ainda estavam se refletindo nas operações de descontos de duplicatas e de antecipação de faturas de cartão; no caso do mercado de capitais, os sinais são de que a crise foi superada

Site: valor.globo.com/virador/#/edition/187563

Discussão sobre crédito de PIS e Cofins pode virar nova "tese do século"



Advogado Pedro Siqueira: cálculos são diferentes, o que justifica o ICMS integrar a base dos créditos

Beatriz Olivon De Brasília

A exclusão do ICMS do cálculo dos créditos de PIS e Cofins poderá virar uma "nova tese do século".

A questão começa a ganhar corpo no Judiciário e a expectativa de advogados tributaristas é a de que passe a ter a mesma importância dada à retirada do imposto estadual da base das contribuições sociais, chancelada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

O governo adotou essa medida, válida desde o início de maio, para tentar reduzir a conta de bilhões de reais gerada com o julgamento pelos ministros da então chamada "tese do século". A exclusão do ICMS dos créditos está prevista agora em lei, de nº 14.592, publicada ontem no Diário Oficial. A norma trata também do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) - que ainda beneficia o setor de turismo.

Quando estabeleceu a mudança por meio da Medida Provisória (MP) nº 1.159, agora convertida em lei, o Ministério da Fazenda anunciou estimativa de arrecadação adicional, para este ano, de R\$ 31,8 bilhões. Para 2024, R\$ 57,9 bilhões.

"É praticamente a tese do século novamente", afirma Pedro Siqueira, sócio do Bichara Advogados. A tese, explica o advogado, leva em consideração que a base de cálculo dos créditos é diferente da utilizada para a apuração do PIS e Cofins.

"O que justifica o ICMS integrar a base de cálculo na primeira situação, mas não na segunda." A apuração de créditos para a não cumulatividade do PIS e da Cofins, afirma Siqueira, se dá na comparação "base contra base" - chamado método subtrativo indireto.

Isso significa, segundo ele, que não importa os valores dos **tributos** pagos na etapa anterior.

"Se a empresa compra de outra que paga 4,65% de PIS e Cofins, ela toma crédito de 9,25%. Não importa o imposto pago ou não por quem vendeu", diz o advogado, acrescentando que o ICMS compõe o custo - e gera créditos - porque está dentro do preço.

Em 2021, a **Receita Federal** já tinha tentado excluir o ICMS da base de créditos do PIS e da Cofins, após o julgamento do Supremo.

Na época, a medida foi barrada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

No Parecer nº 14.483, de 2021, a PGFN afirmou que não seria possível o recálculo dos créditos apenas com base na decisão do STF sobre a "tese do século", já que o assunto não teria sido discutido pelos ministros. Porém, destacou que a medida poderia ser adotada por meio de previsão legal.

De acordo com Adriano Rodrigues de Moura, sócio do escritório Mattos Filho, a indicação da PGFN no parecer é de uma revisão do "arcabouço legislativo", porque seria necessário alterar normas do ICMS também. "A legislação do ICMS afirma que o valor do bem ou da mercadoria contém o imposto estadual. E a legislação de PIS e Cofins diz que se deve calcular o crédito de PIS e Cofins sobre o valor do bem." Em dimensão, diz o advogado, a tese "é razoavelmente parecida com a da discussão clássica do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins". Por enquanto, há apenas liminares em ações ajuizadas por contribuintes (processo nº 5001361-70.2023.4.03.6133 e nº 5005005-17.2023.4.02.0000).

As discussões judiciais podem, segundo tributaristas, frustrar os planos do governo federal. "A exposição de motivos [da MP] tem a ideia de recomposição de caixa.

Entende-se que a restrição de creditamento traria caixa positivo para a União", afirma Leandro Bettini, sócio do MJ Alves Burle e Viana Advogados. Para o advogado, o assunto pode gerar um contencioso expressivo como o da "tese do século".

Nas ações, além da forma de cálculo, os contribuintes podem questionar a falta de aplicação da anterioridade de 90 dias para o início da vigência da medida. Como a própria Fazenda cita a anterioridade na exposição de motivos da MP 1.159, de 2023, tributaristas acreditam que a **Receita Federal** poderá alegar que não há agora, com a lei, surpresa na cobrança - em decorrência da própria MP.

Com a Lei nº 14.592, há continuidade na exclusão do ICMS dos créditos de PIS e Cofins, segundo Maria Andréia dos Santos, sócia de contencioso tributário do Machado Associados, o que pode dificultar a aceitação do argumento de que a nova regra deveria observar também a anterioridade nonagesimal. Sem a sanção, haveria vácuo legislativo e o pedido seria mais facilmente aceito, de acordo com a advogada.

Luis Augusto Gomes, do escritório Silva Gomes Advogados, defende a noventena, mas projeta que o governo vai tentar "aproveitar" o prazo da MP 1.159. Gomes diz que o tema deverá ser objeto de judicialização principalmente por empresas comerciais e varejistas. "Elas não recuperam o ICMS e esse ICMS é custo de aquisição que compõe o preço do produto adquirido para revenda." Procurado pelo Valor, o Ministério da Fazenda cita a exposição de motivos da MP. Nela, afirma que "se o valor do ICMS destacado na nota fiscal não está sujeito ao pagamento das contribuições, consequentemente não deveria dar direito ao crédito".

A exposição de motivos também indica que, se persistir a inclusão do ICMS na base de cálculo dos créditos de PIS e Cofins, pode-se gerar acúmulo de créditos por parte dos contribuintes, causando esvaziamento na arrecadação das contribuições destinadas à **Seguridade Social**. "A atividade econômica será subsidiada pela União com valores retirados da **Seguridade Social**", diz o Ministério da Fazenda.

"A dimensão da tese é parecida com a da discussão clássica" Adriano de Moura

Site: valor.globo.com/virador/#/edition/187563

Políticas sociais têm avanços com mudança de rota



Creomar de Souza, da Dom Cabral: há mais uma reconstrução de programas antigos do que novas ideias

Uma das bandeiras do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, as políticas sociais para o combate à pobreza já se mostram diferentes neste ano de 2023. Especialistas veem avanço com as mudanças no Bolsa Família, frente ao Auxílio Brasil, tanto no que se refere ao retorno das chamadas condicionalidades - exigência de frequência escolar e vacinação das crianças - quanto com a maior focalização de recursos nas famílias que mais precisam.

A ampla revisão do Cadastro Único (CadÚnico), sistema que reúne as famílias pobres do país e dá acesso aos programas sociais, inclusive o Bolsa Família, é uma das iniciativas. A ideia é retirar beneficiários que não teriam direito aos recursos, após identificação de problemas no ano passado. O valor adicional agora pago a famílias com crianças de até seis anos também entra nesse esforço de focalização, já que a pobreza é maior nesse perfil de arranjo familiar.

Há críticas de alguns estudiosos, no entanto, que veem o trabalho do novo governo ainda restrito ao programa de transferência de renda, sem avanço em outras frentes de ações sociais, que lidem de forma mais ampla com a pobreza. Além disso, há quem veja lentidão e pouca inovação nas estratégias traçadas para a área social no país.

Outros ponderam que a rede de assistência social foi desestruturada e precisa de reconstrução. Além

disso, a retomada do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Minha CasaMinhaVida, o reajuste do salário mínimo e discussões sobre a proteção social de trabalhadores de aplicativos de entrega e de transporte seriam exemplos de iniciativas para além da transferência de renda.

O ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, afirma que o Bolsa Família está combinado com 32 programas sociais para o trabalho de redução de pobreza do novo governo. "Não queremos só um programa de transferência de renda. Ele é combinado com 32 outros programas", diz.

A lista é diversa: inclui de distribuição de cisternas e erradicação de trabalho infantil até isenção de taxas de inscrição em concursos públicos e no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Um dos mais mencionados pelo ministro é o programa de Inclusão Socioeconômica, que deve ser lançado em junho. O projeto é uma parceria com empresas, sistemaSe diferentes atores do setor público para levar capacitação para o emprego e o empreendedorismo, inspirado no antigo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Coordenador do Laboratório de Estudos da Pobreza (LEP) e professor da Universidade Federal do Ceará (UFC), Vitor Hugo Miro Couto Silva elogia a maior focalização do Bolsa Família após as alterações este ano. Ele lembra, por exemplo, que a literatura mostra ganhos em rendimento escolar e em indicadores de saúde nos investimentos feitos na primeira infância. Além disso, a revisão dos cadastros evita desperdício de recursos.

"A voltado Bolsa Família melhorou a focalização e o monitoramento. Além disso, a manutenção dos R\$ 600 e a priorização vão potencializar muito os resultados de pobreza e desigualdade", afirma.

Técnico do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Rafael Osório reforça a importância, por exemplo, dos ajustes para a melhoria do CadÚnico, como a integração com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), do Instituto Nacional de Seguro Social (**INSS**), com registros administrativos, inclusive de renda, emprego formal e benefícios.

"Isso vai ajudar a trazer mais eficiência ao Bolsa Família. Ao corrigir erros e não pagar a quem não está entre os mais pobres, libera mais recursos para incluir pessoas que precisam e não recebem", diz. Silva pondera que, diante do período ainda curto de gestão, não é possível avaliar resultados do novo governo, mas avalia já ser viável uma análise sobre as estratégias.

"A transferência de renda por meio do Bolsa Família e o combate à fome foram bandeiras da campanha e estão sendo cumpridas. Só que não se pode deixar de lado a política social de forma mais ampla. Acho que está sendo muito tímido nessas estratégias de saúde, educação e saneamento", afirma.

Professor de Práticas Sociais, Marcelo Reis Garcia diz que a política social do terceiro governo Lula tem se restringido a programas de transferência de renda. Embora elogie a revisão do CadÚnico, defende políticas mais amplas.

"A política social do Lula de 2023 é muito retrógrada, apequenou tudo em distribuição de dinheiro. Não é que transferir renda não é importante, mas é política compensatória", afirma Garcia. "É preciso uma política de bem-estar social que agregue renda e componentes para a pessoa sair da pobreza". Garcia defende o fortalecimento do sistema de assistência social para trabalhar estratégias de saída da pobreza junto às famílias.

Como exemplo de política nesse sentido, cita um programa de capacitação para que jovens entre 18 e 24 concluam o ensino fundamental e o ensino médio e sejam remunerados por isso.

Já o professor da Fundação Dom Cabral e fundador da consultoria Dharma, Creomar de Souza, destaca que há mais reconstrução de programas antigos - inclusive alguns com questões complexas, como é o caso do Minha Casa Minha Vida e do Mais Médicos - que novas ideias. Ele diz que falta apoio político ao governo hoje, além das restrições de Orçamento. Neste cenário, a tendência tem sido recorrer a programas do passado.

Sem responder sobre críticas em relação à lentidão de programas sociais do governo para além do Bolsa Família, Wellington Dias falou sobre a situação encontrada no ministério e na rede de assistência social - com equipamentos abandonados, desativação da rede de

fiscalização e um aplicativo sem controles para o cadastro das famílias. "Estamos aqui debruçados em atualizar o cadastro para ter uma base de dados

adequada", diz.

Nesse contexto de revisão do CadÚnico, o governo federal lançou também o Programa Emergencial de Atendimento do Cadastro Único no Sistema Único de Assistência Social (Procad-Suas), com repasse de recursos a municípios e Estados para correção dos registros unipessoais e busca ativa das famílias que são pobres, mas estão fora do cadastro. De um total de R\$ 2,2 bilhões previstos para o programa em 2023, foram liberados R\$ 199,5 milhões no fim de março.

O técnico do Ipea Rafael Osório diz que dá para entender o que classifica como "ansiedade" das pessoas - "a velocidade do governo sempre deixa todo mundo insatisfeito" -, mas lembra que há um rito para a condução das políticas em uma democracia.

"Não é assim, o governo tem ideias e faz. Dá para entender essa ansiedade, mas infelizmente não é assim que as coisas funcionam numa democracia. É preciso propor um projeto de lei, discutir com todo o mundo... Essas coisas demoram muito tempo, principalmente para as novas ideias", diz. "Mas é bom que não seja assim, porque um governo no qual as pessoas têm ideias e já implementam cheira a um governo autoritário", afirma Osório.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187563?page=1§ion=1>

inclusive o Bolsa Família, e uma que precisa de reconstrução. Assim

Revisão do Cadastro Único (Cad Único)

Pente-fino em sistema que dá acesso a programas sociais

Averiguação de cadastros de famílias unipessoais

8,2 milhões

de famílias ao todo, até dezembro de 2023

Outros **cancelamentos e bloqueios** estão previstos até o fim do ano

Até agora

1,5 milhão

de cancelamentos de Bolsa Família por renda acima do previsto pelo programa

1,2 milhão

de bloqueios do Bolsa Família (entradas no ano eleitoral)

Exclusão do cadastro por óbito ou falta de atualização

921 mil cadastros

foram excluídos, dos quais **606 mil** por óbito

Integração entre Cad Único e Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), do INSS

Cruzamento dos dados - que passa a valer em julho - busca mais segurança no cadastro: CNIS tem informações sobre renda

Após revisões, **1 milhão** de novas famílias foram incluídas até agora no Bolsa Família

Fonte: Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

O centenário do Imposto de Renda (Artigo)

Bernardo Guimarães

Bernardo Guimarães

Doutor em economia por Yale, foi professor da London School of Economics (2004-2010) e é professor titular da FGV EESP

Enquanto você se esforça para completar sua declaração de Imposto de Renda, outros milhões de brasileiros fazem exatamente igual. Estima-se que 38 milhões de declarações serão entregues neste ano.

Impostos de Renda sobre pessoas físicas e jurídicas (juntando aí a CSLL) representam cerca de metade da arrecadação do governo federal brasileiro. Contribuições previdenciárias, que também incidem sobre a renda do trabalho, somam mais uns 20%.

Nem sempre foi assim.

Há cem anos, o Imposto de Renda estava nascendo. A arrecadação de IR começaria em 1924. Na década de 1920, o imposto sobre importação gerava mais de 30% da receita do governo brasileiro.

Impostos sobre importação eram muito usados no passado, em todo o mundo, pela facilidade de coletar e fiscalizar. Cobrar esse imposto requer apenas verificar o fluxo de mercadorias em alguns portos.

Por outro lado, para cobrar **impostos** sobre a renda, precisamos saber quanto uma pessoa ou empresa ganha. Isso é bem mais difícil.

Por isso, antigamente, **tributos** incidiam sobre coisas facilmente verificáveis. Para os padrões de hoje, alguns **impostos** eram bem malucos. Na Inglaterra do século 18, por exemplo, cobravam-se **impostos** sobre o número de janelas na casa.

Essa dificuldade associada aos **impostos** sobre a renda foi sumindo como tempo. Hoje em dia, com as tecnologias e as instituições modernas, é muito mais fácil cruzar informações de empregadores e empregados, fiscalizar as empresas e coletar esses **impostos**.

Assim, aos poucos, **impostos** sobre a renda foram se tornando mais e mais importantes no mundo todo.

Isso também se deu porque o Imposto de Renda tem vantagens importantes em relação a **impostos** sobre

consumo ou importação.

Uma característica importante do Imposto de Renda é que ele pode ser progressivo. É fácil cobrar uma alíquota pequena para quem ganha pouco e uma fração bem maior de quem ganha muito. Isso é mais difícil com **impostos** sobre consumo ou importação.

Claro, é possível taxar bens que os ricos em geral preferem consumir. Contudo, o objetivo de uma tributação progressiva não é desestimular o consumo de certos bens, é transferir renda de quem ganha mais para os mais pobres (indiretamente).

Porém, justamente por afetar a distribuição de recursos, é difícil concordarmos sobre as regras do Imposto de Renda.

Por exemplo, hoje podemos deduzir do imposto os gastos com saúde, previdência privada e um pouco dos gastos com educação. Faz sentido ser assim? Como deve ser a tabela do IR? Até que ponto deve haver isenção?

Impostos, além de transferir recursos nas pessoas para o Estado, desestimulam justamente o que gera a base para a arrecadação. **Impostos** sobre a renda do trabalho reduzem os incentivos para o trabalho formal.

Deixar de trabalhar não é uma opção viável para a grande maioria, mas a informalidade é. Trabalhar como pessoa jurídica também é possível, e os **impostos** são tipicamente bem menores para pessoas físicas que tomam esse caminho.

Idealmente, os **impostos** sobre a renda do trabalho cumpriram a função de arrecadar recursos de maneira progressiva sem afetar muito o emprego no setor formal. Além disso, os **impostos** sobre pessoas com rendas parecidas deveriam ser semelhantes.

Há espaço para melhorar. Seria desejável que a **reforma tributária** endereçasse, pelo menos em parte, o efeito negativo no emprego formal e as disparidades nas alíquotas de imposto efetivamente pagas.

Seja como for, **impostos** sobre a renda continuarão sendo muito importantes por muito tempo. Ainda preencheremos muita declaração de ajuste anual.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=>

50293&anchor=6478154&maxTouch=0&_ga=2.118290702
.623791784.1685329739-
1980247189.1672582619&pd=cf441e1db0c79f498f19c0b1f
e807170

Grupo da reforma tributária acelera debates



TIAGO QUEIROZ/ESTADAO

'Toda semana vai ter encontro com Haddad', diz Benevides

GIORDANNA NEVES IANDER PORCELLA BRASÍLIA

Às vésperas de apresentar o relatório com as diretrizes da proposta de **reforma tributária** e sob pressão de setores da economia, Estados e municípios, o grupo de trabalho (GT) dedicado à proposta na Câmara dos Deputados deve intensificar as discussões com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, nos próximos dias.

A expectativa é de que os membros do GT acelerem, a partir de agora, as reuniões com o dirigente da pasta econômica para fechar as diretrizes da proposta, que deve ser divulgada no dia 6 de junho. "Toda semana vai ter encontro com Haddad para resolver dissensos porventura existentes", disse o deputado Mauro Benevides (PDT-CE), um dos integrantes do grupo, ao Estadão/Broadcast.

Linhas gerais da reforma, como a escolha entre um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) único ou dual (um para unificar os **tributos** da União e outro para Estados e municípios), além da quantidade de alíquotas diferenciadas para atender os setores, por exemplo, devem estar nas diretrizes a serem divulgadas no próximo dia 6.

Inicialmente, a data prevista era 16 de maio, mas esse prazo foi prorrogado para evitar que o tema fosse discutido juntamente com a tramitação do arcabouço fiscal na Câmara.

Também estava previsto que as reuniões semanais com Haddad começassem antes.

O relatório do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), com o projeto da reforma completa, só deve ser divulgado próximo ao dia 20 de junho.

Os deputados esperam votar a matéria três ou quatro dias depois, segundo apurou a reportagem.

O calendário, no entanto, precisa ser alinhado com o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL).

Até lá, a tendência é de que a resistência entre setores, governadores e prefeitos só cresça, principalmente diante das críticas sobre a falta de transparência na divulgação de números pela equipe econômica.

De acordo com uma pessoa que participa das discussões "tem pressão de todo canto".

De acordo com ela, há vários cálculos de empresas, mas não tem cálculo do governo.

TRANSPARÊNCIA.

O discurso crítico sobre a falta de divulgação de dados pelo Executivo tem sido endossado por governadores.

À frente do governo de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), por exemplo, condena a falta de conhecimento sobre o conteúdo da proposta que vai regular o novo sistema tributário.

A tese de que "o problema mora nos detalhes" tem sido disseminada nos bastidores, o que acirra o debate às vésperas da divulgação da proposta.

"Nós temos de entender que essa mudança (**reforma tributária**) precisa de algo palpável.

Não pode ser algo apenas no imaginário. O que será realmente a autonomia de um governador?

Qual é a função de uma assembleia legislativa? Em nome de uma **reforma tributária**, você não pode matar a federação, concentrar todos os poderes nas mãos apenas de um comitê", disse Caiado, após uma reunião do Fórum de Governadores, em Brasília, na última quarta-feira.

O deputado e membro do GT Vitor Lippi (PSDB-SP)

minimizou as críticas. "É natural, porque a mudança é muito grande, mas vamos ter o melhor sistema do mundo, hoje temos o pior sistema do mundo", disse ao Estadão/Broadcast.

Ele também afirmou que os Estados não vão perder autonomia com a proposta.

"Não existe só incentivo fiscal (para atrair empresas), existe incentivo financeiro." Segundo Lippi, uma das pontas resistentes e que geram preocupação é o setor de serviços. "Ainda existe um sentimento de insegurança (do setor) porque não viram o relatório", disse.

"Em nome de uma **reforma tributária**, você não pode matar a federação" Ronaldo Caiado Governador de Goiás

Notícias Relacionadas:

PORTAL UOL
Grupo da **reforma tributária** acelera debates

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Para governo, regra fiscal saiu da Câmara mais dura que original



Lucianne Carneiro, Marta Watanabe e Estevão Tairar Do Rio, São Paulo e Brasília

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, e o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Gabriel Galípolo, fizeram uma defesa enfática dos avanços alcançados até agora com o arcabouço fiscal ao participarem, nesta terça-feira (30), do seminário "E agora, Brasil?", promovido pelos jornais Valor e "O Globo".

Rebatendo críticas, os dois afirmaram que a nova regra fiscal é restritiva, tem foco em controle de gastos, e não em receita, e não traz aumento de despesas de R\$ 80 bilhões, como estimam alguns economistas. Segundo Tebet e Galípolo, a proposta é mais flexível que o teto de gastos e se adapta melhor aos ciclos econômicos, além de permitir, ao mesmo tempo, manter a dívida pública sob controle e contemplar demandas sociais.

"Acho que vem tendo sucesso não só do ponto de vista político, mas do ponto de vista do mercado.

Lógico que vão existir divergências e críticas. Mas quando olho para o preço dos ativos, desde a divulgação do arcabouço, as taxas de juros de longo prazo vêm cedendo, o câmbio atingiu novo patamar, um patamar bem mais confortável do câmbio, aquele risco que existia da relação entre a dívida e o **PIB** foi

afastado", disse Galípolo.

Ao falar sobre o resultado do que foi aprovado na Câmara, o secretário destacou que o arcabouço fiscal não "é um paper de economia", mas sim fruto de uma construção democrática, "que reflete a composição de forças que foram eleitas", deixando implícitos os diferentes interesses envolvidos nos debates da nova regra fiscal.

Tebet afirmou que será necessário um corte de até R\$ 40 bilhões no próximo ano, após alterações feitas pelo relator do projeto na Câmara, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), sinalizando esse formato mais restritivo da regra fiscal. Ela se mostrou confiante em relação à tramitação do projeto no Senado, mas disse que não há espaço para mais cortes. "A soberania do Senado que vai dizer [sobre o arcabouço].

Mas cabe a nós fazer um contraponto a uma narrativa que veio do mercado nos últimos dias; vamos mostrar, quem está falando é uma fiscalista, que o arcabouço ficou mais restritivo em relação a gastos. Nos parâmetros de hoje, teria que cortar entre R\$ 32 bilhões e R\$ 40 bilhões de despesas discricionárias com a alteração que relator fez", disse.

A necessidade de corte no Orçamento de 2024 também foi alvo de comentário do secretário de Tesouro Nacional, Rogério Ceron, em entrevista ao Valor nesta terça-feira, 30 (ver página A6). Segundo ele, a mudança no projeto - que estabeleceu que o aumento de 2,5% dos gastos públicos acima da **inflação** dependerá da elevação da arrecadação - significa cortes entre R\$ 40 bilhões e R\$ 60 bilhões em despesas discricionárias para o Orçamento de 2024. Neste contexto, a ministra acenou com possíveis cortes em emendas parlamentares.

"Se não dá para restabelecer um ponto ou outro, que permaneça o arcabouço como está. Restringir mais significa ter que cortar, por exemplo, emendas parlamentares", afirmou, enviando um recado aos senadores.

Na comparação direta entre o arcabouço fiscal e o teto de gastos que vigora atualmente, ambos ressaltaram as vantagens de flexibilidade e espaço para avançar com investimentos necessários para o país, inclusive na área social.

O formato anterior da regra fiscal - com aumento das despesas apenas pela **inflação** - trazia implícita a perda de participação relativa desses gastos, segundo Galípolo.

Com o novo arcabouço, disse, são criadas bandas - com limite superior e limite inferior para gastos - que permitem conservar o caráter anticíclico e dar flexibilidade para determinados gastos, especialmente sociais, ao mesmo tempo em que oferece "sinalização de um bom comportamento da relação entre a dívida e o Produto Interno Bruto (**PIB**)".

A ministra afirmou que o teto de gastos era muito rígido e dependia da sobrevivência do crescimento sustentado da economia, que dependia da **reforma tributária**, que não veio. Ela negou que o arcabouço tenha foco na receita e ressaltou a possibilidade de adaptações no caso de menor crescimento da economia, ao mesmo tempo em que mantém a dívida pública do país sob controle.

"É um equívoco [que o arcabouço] tem foco na receita. Ele depende da receita, mas o foco é controle de gastos, justamente para não gastar mais do que se arrecada. E lá na frente tem impacto no controle da dívida pública brasileira. Claro que olhando sempre para o compromisso social", disse.

Ao comentar o dispositivo que permite aumento real de 2,5% de gastos em 2024, o secretário-executivo da Fazenda avaliou que houve certo "ruído" do mercado, embora diga que os cálculos apresentados pelos economistas são "legítimos", porque está "todo mundo tentando fazer as suas contas" sobre o novo arcabouço.

Segundo Galípolo, não é possível crescer R\$ 80 bilhões em gastos, segundo cálculos apontados por alguns economistas após a divulgação do relatório de Cajado.

Para o secretário, uma expansão de gastos desse tamanho não é viável mesmo considerando equivalentes a 20% do **PIB**. O nível de despesas, ressaltou, equivale a algo entre 18,5% e 18,7% do **PIB** e a diferença entre 0,6% do **PIB** e 2,5% do **PIB** é de R\$ 38 bilhões.

O secretário defende que a regra está muito mais apertada do que parece e há cenário desafiador na transição de 2023 para 2024. "Precisaremos enfrentar outro tema, que é se estamos dispostos a espremer saúde, educação".

Ao comentar o resultado do projeto, Simone Tebet afirmou ainda que o relator tornou a regra "crível,

flexível, sustentável", mas também admitiu os desafios para seu cumprimento. Ela revelou que brincou com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que ele "jogou uma granada sem pino no próprio colo".

"Eu disse para o Haddad: "Nós estamos aqui para lhe apoiar, mas você sabe que jogou granada sem pino no seu colo, né?". O arcabouço tem metas ambiciosas, de tentar zerar o déficit para o ano que vem. É um desafio, mas é crível e possível", afirmou.

"[Arcabouço] tem sucesso não só do ponto de vista político, mas do mercado" Gabriel Galípolo

"Alteração de projeto leva a corte de até R\$ 40 bi em despesas discricionárias" Simone Tebet

Site: valor.globo.com/virador/#/edition/187563

Juros no Brasil estão em níveis atraentes e há boas oportunidades, diz BlackRock

Lucas Bombana

Em um cenário de desaceleração da **inflação** nos últimos meses, com a Selic ainda inalterada no patamar de 13,75% ao ano, o mercado brasileiro de juros está em níveis atrativos e oferece algumas boas oportunidades aos investidores.

A avaliação é de Amer Bisat, chefe de renda fixa para mercados emergentes da BlackRock, uma das maiores gestoras de recursos em escala global, com cerca de US\$ 9 trilhões (R\$ 45,5 trilhões) em ativos.

"Os juros reais no Brasil parecem muito atrativos", afirmou Bisat nesta terça-feira (30) durante conversa com jornalistas. "Estamos vendo boas oportunidades no Brasil."

Segundo o especialista, mesmo no mercado de crédito corporativo do país, que passou por turbulências recentes na esteira de dificuldades envolvendo nomes como Americanas e Light, há empresas rentáveis e de boa qualidade no radar da BlackRock. Ele não quis especificar quais são esses nomes.

Ele acrescentou que, se o país conseguir endereçar os desafios fiscais e avançar com reformas estruturais que abram espaço para uma atuação maior do setor privado na economia, como a **reforma tributária**, o **PIB** (Produto Interno Bruto) tem potencial para voltar a crescer acima do ritmo atual.

Bisat afirmou estar otimista com as perspectivas para a economia local, e que o país tem um "enorme potencial" de crescimento.

Ele preferiu não fazer uma avaliação sobre o espaço para o início do corte de juros pelo BC (Banco Central) aberto pela recente desaceleração da **inflação**, mas ponderou que os juros no país estão em níveis bastante altos e que os emergentes da América Latina devem ser os primeiros a começar a flexibilização das condições monetárias.

O gestor da BlackRock reconheceu, contudo, que o ambiente global não é dos mais favoráveis no momento, com a maior parte dos países convivendo com taxas de juros acima da média histórica, processo que deve levar a uma desaceleração nas taxas de expansão da atividade econômica mundial.

No caso dos emergentes, prosseguiu, um crescimento abaixo do visto nos últimos anos da China é um ponto de atenção que pode se refletir em um menor crescimento generalizado entre os pares.

Em um mundo em transformação, os governos que reagirem primeiro para se destacar frente aos pares serão os mais beneficiados e entrarão no radar dos agentes de mercado, enquanto aqueles que ignorarem os problemas vão ficar em segundo plano, disse o especialista.

"Colocaria o Brasil no primeiro grupo. Se o governo trabalhar o fiscal e fizer as reformas estruturais, tem grande potencial."

Bisat afirmou também que, em um cenário de baixo crescimento global, um risco acompanhado de perto pelos investidores globais diz respeito à adoção de políticas populistas por parte dos governos, com aumento dos gastos e do endividamento público.

"Sabemos que [o aumento da] dívida tende a ser ruim para o crescimento no longo prazo", disse o especialista.

Ele afirmou ainda que, até algumas décadas atrás, a abordagem do investimento em mercados emergentes era feita de maneira unificada pela maior parte dos investidores, que consideravam todos os países dentro de um mesmo bloco, que vinha sendo beneficiado por grandes tendências como a globalização e a redução do endividamento.

Hoje é preciso uma análise mais minuciosa do grupo, fazendo uma seleção daqueles países que apresentam melhores perspectivas para suas economias, em um ambiente de desglobalização e aumento do endividamento dos governos, disse o gestor da BlackRock.

"Não quero dizer que os emergentes não são interessantes como investimento. Acho que são muito interessantes e há muitas oportunidades. No entanto, não se pode atuar nesse mercado como antes. É preciso uma nova abordagem", disse Bisat.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/05/juros->

***no-brasil-estao-em-niveis-atraentes-e-ha-boas-
oportunidades-diz-blackrock.shtml***

Quantos dias o brasileiro precisa trabalhar no ano só para pagar impostos?

Do UOL, em São Paulo

Cento e quarenta e sete dias por ano. Ou 4 meses e 27 dias. É esse o tempo médio que o brasileiro teve que trabalhar em 2023 para dar conta dos **impostos**. O dado é de um estudo realizado pelo IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação), que realiza anualmente a estimativa com base na carga tributária do país.

O total gasto para pagar **impostos** sobre renda, patrimônio e o consumo corresponde a 40,28% do rendimento médio dos brasileiros. O Brasil é um dos países com maior carga tributária e menos retorno para a população, de acordo com o IBPT. Em 2022, a carga tributária foi estimada em 40,82%. Até 2006 se manteve abaixo de 40%. Segundo o IBPT, com algumas exceções, houve um crescimento percentual dos gastos dos contribuintes ao longo das duas últimas décadas.

Em 2023, brasileiros trabalharam até 27 de maio de 2023 (147 dias) apenas para pagar **tributos**. Apesar do número alto, foram dois dias a menos que o total trabalhado em 2022 para pagar **impostos**: 149 dias. Segundo o estudo, isto aconteceu porque houve uma redução na cobrança de alguns **impostos**. O presidente executivo do IBPT, João Elói Olenike, diz que o governo sancionou uma lei que restringia a cobrança de ICMS sobre combustíveis, energia elétrica, comunicações e transporte. Essa desoneração foi a principal responsável pela queda no número de dias.

Comparado à década de 1970, os brasileiros trabalham mais do dobro de dias para pagar imposto. Em 1989, foram na média 81 dias trabalhados para pagar tributo. Desde 2005, tem ficado acima de 140 dias, segundo o IBPT.

Em países como México, Chile, Argentina, Reino Unido, Espanha e Estados Unidos, número de dias de trabalho para pagar imposto é menor. Países como Dinamarca, Bélgica e Suécia, por outro lado, possuem uma carga tributária ainda mais elevada, com seus cidadãos trabalhando mais de 160 dias por ano para pagar **tributos**.

O comparativo citado no estudo entre países tabela usa o índice da Carga Tributária sobre o **PIB** (ou seja,

transforma o percentual deste índice em número de dias trabalhados para pagar **tributos**). Veja a lista de países que mais pagam **impostos**, com base em dados de 2021 e nesta metodologia:

O governo federal defende a aprovação no Congresso de uma **reforma tributária**. A proposta é simplificar o sistema tributário brasileiro. Não há indicativos, porém, de que as mudanças irão reduzir a carga tributária total.

As mudanças prometidas pelo presidente Lula devem ser fatiadas em duas etapas:

Haddad avalia que a **reforma tributária** poderá ser votada na Câmara dos Deputados ainda no 1º semestre.

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2023/05/31/quantos-dias-brasileiro-trabalha-para-pagar-imposto.htm>

Rico paga menos: por que impostos do Brasil são considerados injustos e atrasados

Em um dos países mais desiguais do mundo, a discussão sobre o que é uma carga tributária justa não é trivial. Para especialistas, mexer em um sistema que beneficia uma pequena - porém influente e barulhenta - minoria explica, em parte, por que a ideia de justiça fiscal tem sido mais teoria do que prática.

A Constituição prevê que o Estado deve considerar a capacidade individual dos contribuintes ao recolher **impostos** para financiar o bem-estar comum: quem tem mais, paga mais; quem tem pouco, paga pouco ou nada.

Na prática, porém, não é bem assim que funciona. Isso porque, no Brasil, boa parte dos **impostos** arrecadados incidem sobre consumo, em vez de sobre renda e patrimônio.

Especialistas apontam que esse modelo, onde pesa mais a tributação indireta - o imposto pago automaticamente por contribuintes ao adquirirem um bem ou serviço -, fomenta desigualdades e está na contramão de nações com um sistema de proteção social comparável ao brasileiro.

Enquanto entre os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) o consumo respondeu por, em média, 32% da arrecadação tributária segundo dados de 2020, no Brasil esse percentual foi de 42% no mesmo período e de 40% em 2022.

Para Eduardo Fagnani, do Instituto de Economia da Unicamp e estudioso da área de justiça fiscal, o problema não é a carga tributária em si, mas a má distribuição dela entre os contribuintes. Atinge muito mais os pobres, e residualmente os ricos, explica. Pobres consomem tudo o que ganham. E como têm renda menor, essa parcela de **impostos** compromete uma parcela maior da renda deles.

O imposto sobre a renda da pessoa física tem quatro alíquotas: começa em 7,5% para quem ganha entre 1,9 mil reais e 2,8 mil reais mensais e chega a 27,5% para quem recebe mais de 4,6 mil reais mensais. O problema, segundo especialistas, é que esses parâmetros não só não refletem a alta no custo de vida nos últimos anos, como também desconsideram a brutal desigualdade do país.

Dados do World Inequality Lab apontam que a renda média mensal do 1% mais rico é de 103 mil reais. Do outro lado, 67 em cada 100 brasileiros têm renda média de até 2,4 mil reais mensais - destes, mais da metade ganha menos de um salário mínimo.

Quem recebe lucros e dividendos - pagos majoritariamente aos já abastados, que têm dinheiro para investir, e profissionais da elite - não paga nada de imposto. A Petrobras vai pagar mais de 200 bilhões de dividendos. Se um acionista receber 40 milhões de reais, esse dinheiro não é taxado um centavo de imposto, enquanto uma professora que ganha 5 mil reais é taxada 27,5% na fonte, exemplifica Fagnani. Taxação é o princípio da equidade, tem que ser proporcional à renda. E nós não taxamos proporcionalmente a renda.

Já no caso dos investimentos, quem tem patrimônio elevado tira proveito de cargas tributárias comparativamente menores.

Para o advogado tributarista e presidente do Instituto Cearense de Estudos Tributários (ICET), Schubert Martins, é uma situação de injustiça extrema. É justo eu tributar a 17% um grande aplicador e tributar a 27,5% quem ganha 5 mil reais?, questiona. Além do imposto de renda, a pessoa ainda paga a tributação em cima dos bens que ela consome para sobreviver.

No caso do imposto de renda, especialistas defendem que é possível aliviar as classes mais baixas ampliando alíquotas para os super-ricos e taxando lucros e dividendos.

Presidente **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil (Unafisco), Mauro Silva lembra que muitos profissionais bem-remunerados, como diretores de empresas, deixaram de receber como empregados e tornaram-se prestadores de serviço ou sócios, com remuneração por lucros - uma forma de pagar menos **impostos**, mas que deixa a previdência subfinanciada.

Existe um incentivo à pejetização na medida em que você não taxa a distribuição de lucros e dividendos. Sem corrigir o problema da pejetização, não vai ter ninguém para você cobrar 35% ou 45% de imposto de renda, porque a maioria recebe renda como lucros em vez de salário. A classe alta não paga imposto de

renda , diz Silva.

Além da alta tributação do consumo e das distorções no imposto da pessoa física, pesa também a subtributação de patrimônio. No país do agronegócio e dos investimentos imobiliários, esses **tributos**, em 2022, não chegaram a 5% da arrecadação total.

O imposto territorial rural, que deveria ser muito importante do ponto de vista da arrecadação, dado o tamanho do Brasil, gera 0,06% da arrecadação federal , exemplifica Machado, do ICET. Detentores de terras, vastas propriedades, não pagam imposto territorial.

E embora carros estejam sujeitos ao pagamento de **tributos**, bens como jatinhos e iates, apesar de mais caros e poluentes, não pagam nada. Outro aspecto do modelo brasileiro sob críticas é a taxação de heranças. Enquanto na Alemanha, por exemplo, o imposto pode chegar a até 50% do patrimônio, no Brasil, não passa de 8%.

Em comparação com o que é estudado em termos de justiça tributária no mundo, o Brasil tem uma deficiência de tributação nas heranças e isso acaba concentrando patrimônios em grandes famílias , observa Daniela Olímpio, pesquisadora e professora de Direito da Universidade de São Paulo (USP).

Ela diz ver o debate interdito pelo discurso de que tributar patrimônio levaria à fuga de capitais, algo sem evidências. Isso já aconteceu há muito tempo. Todos os ricos já têm contas em paraísos fiscais, veja [a investigação do caso] Panama Papers , contemporiza Fagnani. Só que não dá para pegar sua fazenda, seu prédio, e botar num navio. Tem que ver para onde eles vão. Se forem pros Estados Unidos, serão muito mais taxados que no Brasil.

Tathiane Piscitelli, professora da FGV Direito SP, segue raciocínio semelhante. Esse tipo de argumento não deve interditar o debate, e sim estimulá-lo , afirma.

Outro ponto levantado pelos especialistas é a concessão de benefícios fiscais ao empresariado - segundo cálculos da Unafisco, por causa deles o Estado teria deixado de arrecadar 367 bilhões de reais até o final de 2022. Essas desonerações e isenções funcionam muito mal porque não há critério nem transparência. Não se demonstra necessidade dessa isenção , critica Machado.

Embora defenda a redução de **tributos** sobre a folha de pagamento como forma de aliviar o empresariado, Fagnani ressalta que por causa dos benefícios há diferenças entre a alíquota nominal e o imposto efetivamente pago pelas empresas, em torno de 22%. O setor financeiro praticamente não é tributado. Há

brechas legais para paraísos fiscais, com empresas exportando para subsidiárias em paraísos fiscais, praticando preços muito baixos para que imposto seja reduzido , enumera.

Autor de estudos sobre arrecadação tributária e diretor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Fernando Geiger acrescenta à lista de críticas benefícios fiscais para doentes crônicos e aposentados, além de despesas com educação e saúde privada - algo, aponta, que beneficia apenas a classe média alta a um custo relativamente alto.

Há uma visão equivocada de que a diminuição da taxação sobre renda e patrimônio dos mais ricos levaria a desenvolvimento , afirma Jefferson Nascimento, coordenador de pesquisa e justiça social e econômica da Oxfam Brasil. Na verdade, levou a mais desigualdade.

Segundo ele, essa mentalidade neoliberal, em voga desde os anos 1980, está sendo reavaliada ao redor do mundo. É por isso que, para ele e outros especialistas consultados pela DW, as discussões sobre a **reforma tributária** deveriam priorizar não a simplificação dos **tributos** sobre o consumo - caso da proposta atualmente em debate no Congresso -, mas sim o reequilíbrio da carga tributária como um todo.

A escolha que foi feita nesse momento foi de primeiro focar nos **impostos** indiretos, de bens e consumo. Mas para diminuir a desigualdade deveria ser o contrário: focar primeiro na reforma dos **impostos** diretos, sobre renda e patrimônio, e depois nos indiretos , avalia.

A imagem do brasileiro como favorável ao estado mínimo não condiz, segundo ele, com dados da própria Oxfam: em sondagem de 2022, 85% disseram apoiar que os mais ricos paguem mais **impostos** para financiar políticas sociais.

Receio é de que simplificação de **tributos** sobre o consumo acentue desigualdades e deixe discussão sobre renda e patrimônio em segundo plano. Para Fagnani, é arriscado discutir apenas a tributação sobre o consumo agora, deixando renda e patrimônio para depois. Corremos o risco de fazer só uma parte da reforma e melhorar a eficiência econômica, mas não mexer na questão central, que é a desigualdade de renda.

Se fizer só essa reforma, corre o risco até de aumentar os **tributos** , continua Fagnani. Simplificar aumenta a eficiência econômica, mas não estão reduzindo carga tributária sobre o consumo, que é elevadíssima.

Piscitelli chama atenção para o fato de que a

tributação uniforme do consumo, como tem sido discutido no Congresso, pode acentuar desigualdades se não houver mais uma diferenciação entre bens essenciais e supérfluos - ou aqueles considerados danosos e por isso sobretaxados, como cigarro, álcool e armas. Se [essa discussão] vier em um momento posterior, teremos que ter mais um debate no parlamento e enfrentar o lobby dos grupos de interesse.

Piscitelli se diz ainda preocupada com a falta de detalhamento da política de devolução de imposto - que tem sido chamado de cashback. Quem vai ser beneficiado? A devolução vai ser capaz de atingir todas as pessoas que não têm capacidade contributiva e que, portanto, poderiam ser tributadas de forma reduzida?

Seu temor é que uma parcela significativa da população que é pobre, mas não tanto a ponto de ser beneficiária de programas sociais como o Bolsa Família, fique de fora do cashback e seja penalizada com o aumento de preços - caso, por exemplo, de mulheres que recebem um salário mínimo.

Elas teriam uma tributação altamente regressiva, sem possibilidade de compensação do imposto. Não consigo enxergar como isso melhoraria o sistema tributário da perspectiva da justiça, avalia. Parte-se do pressuposto que a gente tem que escolher: devolução ou tributação favorecida para bens e serviços essenciais. Podemos ter as duas políticas.

Oliveira, da USP, concorda e defende a isenção ou tributação diferenciada de produtos essenciais para a população mais vulnerável, como cestas básicas e absorventes. A simplificação nivela situações muito desiguais entre pobres e ricos e acaba onerando o mais pobre, ressalta.

Se essa discussão não for travada agora, alerta a pesquisadora, o risco é de aumentar ainda mais a taxação dos mais pobres pela via do consumo, com agravamento da desigualdade social. Daí a urgência, aponta Oliveira, de se falar também em tributação de renda e patrimônio.

*Publicada originalmente pela DW em 24/4/2023

Notícias Relacionadas:

BOL

Rico paga menos: por que **impostos** do Brasil são considerados injustos e atrasados

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/deutsche-welle/2023/05/31/rico-paga-menos-por-que-impostos-do-brasil-sao-considerados-injustos-e-atrasados.htm>

Viés intervencionista de Lula cria ruídos e afasta investimentos

Por Francisco Góes - Do Rio

As críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à privatização da Eletrobras levam alguns economistas a lembrar frase atribuída ao ex-ministro da Fazenda Pedro Malan, segundo a qual, no Brasil, até o passado é incerto. Este mês o governo entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) questionando trechos do processo de transferência da ex-estatal à iniciativa privada. Lula não se conforma que a União, apesar de ainda ter 43% das ações da companhia, só possa votar com 10%. Dias depois de acionar o STF em ação assinada de próprio punho, Lula disse, na Bahia, que a operação de capitalização da antiga holding do setor elétrico brasileiro, que diluiu a fatia do governo na empresa, foi uma "bandidagem".

As falas de Lula sobre a Eletrobras são contestadas por especialistas, que consideram o processo de venda da estatal juridicamente perfeito. "Não tem fundamento jurídico questionar lei aprovada pelo Congresso e um modelo revisto pelo TCU [Tribunal de Contas da União] com base no qual foi feita a operação da Eletrobras no mercado de capitais e que permitiu captar recursos, parte dos quais destinados ao governo", diz Fabiano de Brito, especialista em energia e sócio do escritório Mattos Filho.

O caso suscita a discussão se a mudança pretendida por Lula representaria quebra de contrato. Brito afirma: "[o tema] É mais complexo e com mais nuances do que uma simples quebra de contrato, porque a operação em si não foi um simples contrato de compra e venda. A eventual reversão vai ser mais grave porque configuraria uma quebra dos princípios gerais da segurança jurídica, da proibição do comportamento contraditório pela União e das normas básicas que regulam as ofertas de ações e captação de recursos no mercado de capitais do país".

As declarações do presidente sobre Eletrobras e outros temas têm criado ruídos que mais atrapalham do que ajudam o governo, pois consomem capital político que poderia ser usado em outras frentes, dizem analistas. A ênfase dada por Lula a determinados temas também indica um viés intervencionista, na opinião de economistas. Há outros dois temas, além da Eletrobras, em relação aos quais as críticas de Lula são frequentes: os juros altos praticados pelo Banco Central e a política de preços

da Petrobras, que este mês foi alterada, mas sobre a qual ainda não há clareza de como vai funcionar.

Lula também editou decretos questionando o novo marco legal do saneamento, o que trouxe incertezas para o setor, segundo especialistas. Na visão de advogados ouvidos, tentar reverter a lei do saneamento via decreto seria inconstitucional em vários pontos. Também há a leitura de que, ao tentar a mudança dessa forma, o governo desconsiderou o trabalho de instituições de Estado, caso do Congresso Nacional, do TCU e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A tentativa de rever o marco do saneamento faz parte de um rol de temas que afeta o setor privado e que o governo Lula deve ter maiores dificuldades de conseguir fazer o que quer, diz Sérgio Lazzarini, professor do Insper e da Ivey Business School, no Canadá. As barreiras para as mudanças estão, segundo ele, em um Congresso mais à direita no espectro político e em um sistema de governança mais robusto, incluindo um TCU mais atuante. Mesmo assim, há assuntos nos quais o governo pode obter vitórias, caso da flexibilização da Lei das Estatais, cuja discussão foi parar no STF. "O Lula conciliador se perdeu um pouco. Ele vai tacando fogo em várias frentes e comprando brigas com o Congresso que não são recomendáveis para um governo que precisa aprovar reformas, caso do novo marco fiscal e da **reforma tributária**", diz Lazzarini.

O Lula conciliador se perdeu um pouco, ele vai comprando brigas"

- Sérgio Lazzarini

Embora seja legítimo no regime democrático que um governo eleito mude a orientação em relação à administração anterior e busque, como no caso de Lula, dar maior relevância ao papel do Estado na economia, há limites legais a serem observados. Esses limites são de natureza diferente, diz o economista Claudio Frischtak, da Inter B. Consultoria. Uma das limitações é fiscal, uma vez que países de renda média como o Brasil precisam fazer escolhas em termos de investimentos para evitar o crescimento da dívida como proporção do Produto Interno Bruto (**PIB**). O aumento da dívida pública tende a elevar ainda mais a taxa de juros e a percepção de risco

país.

Há uma segunda questão que se relaciona com a capacidade do Estado de executar projetos, o que exige definir prioridades. Para Frischtak, quando se fala em priorizar, o Estado deveria centrar esforços em educação, saúde e ambiente. Os ruídos criados por Lula tendem a se traduzir em insegurança jurídica, o que influencia decisões de investimento. O investidor, frente a incertezas regulatórias, tenta calcular o prêmio de risco. Se o governo intervém em atos jurídicos considerados perfeitos, o que se gera é um custo adicional sobre a Taxa Interna de Retorno (TIR), usada pelas empresas para estimar quanto vão ganhar na operação de um empreendimento. Criam-se, portanto, "nuvens" no ambiente econômico que desestimulam investimentos. "O risco de prêmio regulatório está em 200 pontos-base [dois pontos percentuais]", diz Frischtak.

No caso da Eletrobras, afirma, parece haver falta de compreensão do governo porque a limitação de voto imposta a acionistas em assembleias foi o que atraiu mais investidores para a empresa. Para Fabiano Brito, do Mattos Filho, o Estado não consegue dar conta de todos os desafios do setor elétrico, que incluem gargalos na transmissão de energia elétrica, discussão sobre outorgas de geração e renovação de concessões na distribuição, entre outros pontos. "Faz sentido o Estado permanecer como formulador de política pública e regulador, mas não rever a privatização da Eletrobras", insiste Brito.

Advogados e economistas que trabalham com planejamento e infraestrutura entendem que mudanças seguidas nas regras do jogo fazem empresas adiar investimentos e colocar o risco regulatório na conta na hora de decidir por um empreendimento. A relação seria de "perde-perde", dizem, referindo-se ao Estado e ao setor privado.

No caso da Petrobras, ocorre algo semelhante. Lula, desde a campanha eleitoral, se opôs à política de preços dos combustíveis. Em 16 de maio, a empresa anunciou mudanças recebidas com reservas pelo mercado. A curto prazo, porém, não deve haver alterações porque o petróleo e a taxa de câmbio estão favoráveis a uma redução dos preços dos derivados no mercado doméstico. Mas a médio e longo prazos a diretoria da petroleira, capitaneada por Jean Paul Prates, um político que ficou próximo de Lula na época da prisão do petista, será testada quando tiver que aumentar as cotações da gasolina e do diesel, tudo que Lula não quer.

"O que preocupa é a tentativa de ressuscitar uma política industrial cinquentista, pois tende a se dar dinheiro para quem não precisa e se distorce o uso do

capital na economia", diz Pedro Cavalcanti, professor da EPGE/FGV. O BNDES é a ponta-lança desse processo. O banco, na atual gestão, quer reduzir o custo da Taxa de Longo Prazo (TLP), usada para financiar as empresas. A medida precisará ser aprovada pelo Congresso, e deve representar um subsídio definido no orçamento da União. As críticas à TLP seguem caminho semelhante às dos ataques de Lula à taxa Selic e ao presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. "O fato de haver indicados do governo para o BC é legítimo e cabe ao Senado aprovar os nomes. Mas é preciso também preservar a institucionalidade e defender o cumprimento dos mandatos e a autonomia do BC com unhas e dentes", diz Vinicius Carrasco, professor da PUC-RJ.

No caso do BNDES, banco em que foi diretor no governo **Temer**, o economista diverge dos rumos atuais: "Qualquer mudança que elege um setor e dá benefícios para investir nele gera distorções para alocação de capital na economia". Carrasco diz que, de 2005 a 2015, foram tomadas decisões erradas de investimento em aeroportos, estádios e estaleiros que representaram maus exemplos de alocação de capital. Agora, diz, os sinais dados pelo governo são novamente de intervenção na economia.

Antônio Correa de Lacerda, professor da PUC-SP e doutor em economia pela Unicamp, discorda. Ele integra a comissão de assuntos estratégicos do BNDES, criada pelo presidente do banco, Aloizio Mercadante, para discutir estratégias de desenvolvimento. Lacerda diz que as crises recentes, incluída a de covid-19, "resignificaram" o papel do Estado na economia, inclusive em países desenvolvidos

"Há uma visão diferente do passado recente, do Estado mínimo. O Estado não faz nada sozinho, assim como o mercado também não faz", diz. E completa: "O Estado deve ser o indutor do desenvolvimento, atuando no planejamento, com visão de longo prazo, mas também de forma complementar ao setor privado e tendo papel de regulador e fiscalizador".

O Valor tentou insistentemente falar, sem sucesso, com o Ministério da Fazenda e com a Casa Civil.

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP
Viés intervencionista de Lula cria ruídos e afasta investimentos

Site:

<https://valor.globo.com/publicacoes/especiais/rumos-da-economia/noticia/2023/05/31/vies-intervencionista-de-lula-cria-ruídos-e-afasta-investimentos.ghtml>

Gasolina deve subir em 22 estados e no Distrito Federal com novo ICMS

Nicola Pamplona

Após duas semanas de queda, o preço da gasolina volta a ser pressionado no início de junho com a mudança no modelo de cobrança do ICMS, que passa a ter alíquota única em reais por litro em todos os estados.

A nova alíquota de R\$ 1,22 por litro é R\$ 0,20 superior à média cobrada atualmente, segundo contas do consultor Dietmar Schupp, especializado em tributação de combustíveis. Os consumidores, porém, sentirão efeitos diferentes, dependendo do estado.

Isso acontece porque alguns estados praticavam alíquota maior do que o R\$ 1,22 por litro e, portanto, devem observar queda no preço do combustível. Segundo Schupp, enquadram-se nesse caso Amazonas, Piauí e Alagoas. Em Roraima, não há variação.

No restante do país, a pressão será por reajustes. O estado com maior expectativa de alta é Mato Grosso do Sul (R\$ 0,30 por litro), o que representaria elevação de 6% sobre o preço médio nos postos locais, de R\$4,94 por litro.

Em outros dez estados, a alta esperada é superior à média nacional, situando-se entre R\$ 0,25 e R\$ 0,29 por litro. Em São Paulo, a nova alíquota é R\$ 0,26 por litro superior à cobrada atualmente. No Rio, a diferença é de R\$ 0,11 por litro.

O novo modelo de cobrança do ICMS foi aprovado pelo Congresso em março de 2022, com apoio do então presidente Jair Bolsonaro (PL) e do setor de combustíveis, que via margem para fraudes no modelo anterior, em que cada estado praticava sua própria alíquota.

Além de estabelecer um valor único em todo o país, o imposto passa a ser cobrado apenas de produtores e importadores, não mais de toda a cadeia, incluindo distribuidores e revendedores.

Nos casos de diesel e gás de cozinha, a mudança foi implementada em maio. O preço do botijão também foi pressionado pelo novo ICMS, cuja alíquota média, nesse caso, é R\$ 7,50 superior à cobrada anteriormente.

A mudança do ICMS deve interromper o recente ciclo de baixa no preço da gasolina, reflexo de corte promovido pela Petrobras em suas refinarias e comemorado pelo governo como um fator adicional de pressão pela redução nas taxas de juros.

Desde o corte nas refinarias, anunciado no dia 16 de maio, o preço médio do combustível caiu 4,2%, ou R\$ 0,23 por litro, segundo a ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis). A queda acumulada é um pouco menor do que a prevista pela Petrobras, de R\$ 0,26 por litro.

Os efeitos do novo ICMS, porém, não devem ser captados na pesquisa semanal de preços da ANP desta semana, já que a coleta de dados costuma ocorrer nos primeiros dias.

Além dos **impostos** estaduais, o preço da gasolina será novamente pressionado no início de julho, quando o governo federal deve voltar a praticar alíquotas integrais de PIS/Cofins, que haviam sido zeradas por Bolsonaro e retomadas parcialmente por Lula em março.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, chegou a dizer que a Petrobras havia segurado parte do corte para compensar o aumento de **impostos**, mas voltou atrás após negativa da estatal. O mercado, porém, espera que a empresa contribua para compensar a alta.

Atualmente, o espaço é pequeno: de acordo com a Abi-com (Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis), a gasolina vendida nas refinarias da Petrobras estava R\$ 0,33 por litro abaixo da paridade de importação na abertura do mercado desta terça-feira (30).

Em sua nova política de preços, a Petrobras abandonou esse conceito, que simula os custos de importação dos combustíveis, mas a elevada defasagem indica que a estatal vem praticando margens mais reduzidas na venda do produto.

Petrobras estuda retomar investimento na Bolívia, na Guiana e na Venezuela

O presidente da estatal, Jean Paul Prates, disse em

encontro com o presidente boliviano, Luis Arce, que a empresa deve buscar novas oportunidades na exploração de gás e na transição energética. "Estamos preparando a Petrobras para uma nova fase em refino. Queremos visitar vizinhos, como Bolívia, Venezuela e Guiana, e debatermos pontos como os termos contratuais, novas potencialidades de exploração de gás e a preparação para a transição energética", disse, em nota.

Tributo federal volta a ser integral em julho, diz secretário

Idiana Tomazelli

O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prevê retomar a cobrança integral de **tributos** federais sobre gasolina e etanol a partir do fim de junho, disse nesta terça-feira (30) o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron.

Uma MP (medida provisória) editada no fim de fevereiro prorrogou por quatro meses a desoneração parcial sobre esses combustíveis, prazo que se encerra em 30 de junho.

"Fim do prazo da transição, passa a vigorar a alíquota integral de reoneração", afirmou o secretário do Tesouro.

Segundo ele, a conjuntura atual, com redução nos preços do petróleo no mercado internacional e um "câmbio menos tensionado", permite que o governo suba mais um degrau na cobrança dos **tributos** sobre os combustíveis.

"As medidas estão postas", disse. Mesmo que haja algum impacto sobre os preços, o alívio nos demais fatores pode balancear o efeito da retomada dos **tributos**, em sua avaliação. Se concretizada, a cobrança poderá gerar um reforço de caixa de R\$ 22,3 bilhões.

Em um de seus primeiros atos após a posse, o governo Lula renovou a desoneração dos combustíveis implementada por Jair Bolsonaro (PL). Inicialmente, o benefício valeria por dois meses, no caso de gasolina e etanol, e até o fim do ano, no caso de diesel e gás de cozinha.

No fim de fevereiro, a equipe do ministro Fernando Haddad (Fazenda) sofreu forte pressão, inclusive do PT, para renovar a desoneração. A solução foi uma espécie de meio-termo, com retomada parcial da cobrança durante um período de quatro meses, que se encerra ao fim de junho.

Sob as regras atuais, a tributação de gasolina e etanol

será retomada integralmente a partir de 1º de julho.

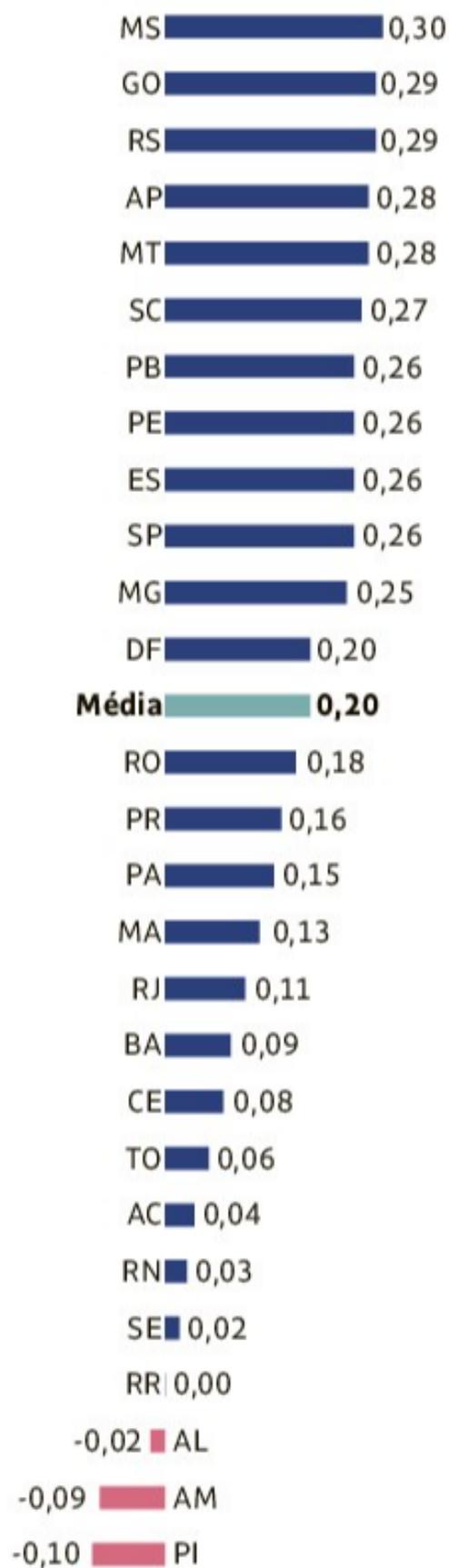
Para compensar a perda de R\$ 6,6 bilhões com a reoneração apenas parcial dos combustíveis entre março e junho, Haddad anunciou um imposto sobre exportações de petróleo, que também seria temporário.

"Não há nenhuma intenção de alterar ou renovar imposto sobre exportação", disse Ceron.

O secretário afirmou ainda que o governo segue discutindo as medidas para compensar a redução de alíquotas de **impostos** sobre automóveis vendidos por até R\$ 120 mil.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50293&anchor=6478154&maxTouch=0&_ga=2.118290702.623791784.1685329739-1980247189.1672582619&pd=cf441e1db0c79f498f19c0b1fe807170



Fonte: Dietmar Schupp

Medida pode custar R\$ 600 mi "ou um pouco mais", afirma secretário

FERNANDA TRISOTTO THAÍS BARCELLOS BRASÍLIA

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, afirmou ontem que ainda não há definição sobre as medidas de corte de **impostos** para estimular a indústria automotiva, como anunciou o governo na semana passada, mas disse que a equipe econômica busca soluções para a recomposição integral da renúncia de receitas, e não somente do que é obrigatório pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O valor, disse ele, pode ser entre R\$ 500 milhões e R\$ 600 milhões "ou um pouco mais".

Dentre as opções que estão sendo estudadas, o governo poderia optar pela redução em IPI e IOF, **impostos** regulatórios, que não demandam compensação obrigatória conforme a LRF. Segundo Ceron, a opção pela recomposição integral deve-se à intenção de não afetar a trajetória das contas públicas esperada pelo governo. A equipe econômica projeta rombo de cerca de 1% do **PIB** em 2023.

"A equipe econômica tem apresentado soluções que permitam a recomposição integral, na linha que estamos sinalizando de avançar na trajetória fiscal e não de piorar a trajetória fiscal, para que não tenhamos alteração da trajetória fiscal no exercício. Idealmente, o intuito é compensar integralmente, mesmo que não demande a lei." Ceron não quis adiantar o impacto fiscal com que a equipe econômica vem trabalhando em relação à medida para reduzir o custo de carros populares.

Segundo ele, pode ser algo entre R\$ 500 milhões e R\$ 600 milhões ou um pouco mais, mas longe do cenário de "alguns bilhões" que foi especulado inicialmente.

"É complicado adiantar, porque depende do cenário, do prazo de duração", disse, acrescentando que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ainda vai validar com o presidente Lula os parâmetros. "Dependendo da política e da duração, pode ser impacto dessa ordem (R\$ 500 milhões a R\$ 600 milhões), ou um pouco maior, nenhum deles próximo daqueles cenários que foram ventilados no início, de alguns bilhões." O secretário afirmou que o programa está sendo refinado pela área econômica, com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), tanto em termos da política quanto dos impactos.

"Haddad já sinalizou que será um período transitório, de 3 a 4 meses, com impacto fiscal limitado, que será integralmente compensado. Medida específica de compensação vai depender de prazos, mas os estudos estão avançados para apresentar a Lula e Alckmin."

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Governo estuda bancar benefício com receita de aposta esportiva

ADRIANA FERNANDES MARIANA CARNEIRO BRASÍLIA

A arrecadação com a regulamentação das apostas esportivas é uma das alternativas em estudo pelo governo para compensar parte do corte de **tributos** federais no programa de incentivo à compra de carros populares.

O governo está com dificuldade de encontrar a compensação, e essa foi a principal razão de os detalhes do pacote não terem sido divulgados na semana passada no anúncio feito pelo vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin. Como mostrou o Estadão, Lula pediu mais tempo aos industriais porque o pacote não estava pronto.

A medida provisória das apostas chegou a ser anunciada pelo Ministério da Fazenda no início de maio, mas ainda não foi editada, porque o governo negocia com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PPAL), lançar a iniciativa por meio de um projeto de lei votado em regime de urgência.

Um dos problemas é a grande insegurança técnica de quanto as apostas podem garantir de arrecadação para os cofres do governo, que chegou a prever R\$ 15 bilhões. A conta conservadora, que garantiria maior segurança jurídica, é um valor em torno de R\$ 500 milhões, segundo apurou o Estadão.

Além disso, os sites de apostas entraram no radar de parlamentares da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga a manipulação de resultados do futebol.

IMPACTO FISCAL.

A proposta inicial da equipe do vice-presidente Geraldo Alckmin no Mdic era anunciar um programa de R\$ 2 bilhões com o corte do PIS/Cofins (R\$ 1 bilhão) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) - R\$ 1 bilhão.

O corte do IPI e IOF, **impostos** listados como regulatórios, não precisaria de compensação e pode ser feito por meio de decreto, sem passar pelo Congresso. Já para a desoneração do PIS/Cofins, o governo teria de editar uma medida provisória, já que

a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) exige medidas para compensar a redução do tributo.

Os atos legais para a compensação precisam ser editados com o corte dos **impostos**.

Dessa compensação dependerão o tamanho do programa para o carro popular e o seu prazo de duração.

Segundo o Estadão apurou, a equipe do Ministério da Fazenda não conseguiu gerar ainda uma compensação de R\$ 1 bilhão do PIS/Cofins.

O time do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, também quer que o programa dure poucos meses, apesar de o setor cobrar um prazo de um ano para estimular a venda do estoque de carros que está parado nos pátios das montadoras. Na reunião com empresários na última quinta-feira, Haddad citou a duração de três a quatro meses.

Outras alternativas estão em análise, o que pode acabar estendendo um pouco mais a discussão interna.

Uma das possibilidades é encontrar uma compensação mexendo na tributação do próprio setor.

Alvo R\$ 2 bi era o valor planejado pela equipe do vice-presidente Geraldo Alckmin no Mdic, sendo metade de PIS/Cofins e metade de IPI e IOF

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Economia vive tensão monetária e fiscal

Alex Ribeiro

Puxada pelo bom desempenho da agricultura e do mercado de trabalho, a economia brasileira está crescendo um pouco mais do que o esperado. É uma boa notícia, que pode atenuar os conflitos entre os interesses da Fazenda, de aumentar a arrecadação para reduzir o déficit fiscal, e do Banco Central, que mantém os juros elevados para baixar a **inflação**.

Mas os economistas preveem que essa tensão estará presente durante todo o terceiro mandato do presidente Lula. A política fiscal expansionista deve manter um ambiente de **inflação** e de juros altos. A dívida pública tenderá a subir nos próximos anos, e se espera uma fraca expansão do Produto Interno Bruto (**PIB**), insuficiente para equacionar de forma sustentada os conflitos distributivos no país. O ambiente externo promete ser o lado favorável, com o real mais forte.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, jogou as fichas na aprovação do novo arcabouço fiscal. O consenso entre os especialistas é que a nova lei não equacionará o desequilíbrio das contas públicas, mas alguns ponderam que ao menos tirou da mesa o risco extremo de insolvência do governo. Os analistas aguardam agora a execução do programa fiscal prometido pelo ministro, em especial o aumento da receita, já que a nova regra prevê expansão real de gasto.

Na frente monetária, a decisão mais importante será a definição, pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), da meta de **inflação** de 2026, no fim de junho.

Se for mantida em 3%, sem truques para forçar o Banco Central a abandonar a postura austera, poderá haver alguma descompressão nas expectativas de **inflação** - criando um ambiente para começar um ciclo gradual e sustentável de redução da taxa básica de juros no segundo semestre.

"No nosso cenário base, o Banco Central teria condições para reduzir os juros na reunião de novembro. Mas algumas coisas podem ajudar a antecipar esse processo", afirma o economista-chefe do Santander, Ana Paula Vescovi, que foi secretária-executiva da Fazenda no governo **Temer**. "Uma delas é a confirmação da meta de **inflação** em 3%."

Quando o presidente Lula foi eleito, em outubro, os analistas do mercado financeiro tinham um

prognóstico muito negativo para o crescimento da economia. A previsão mediana era uma expansão de apenas 0,5% **PIB** em 2023, em virtude do ciclo de alta de juro no Brasil e no exterior.

No começo do ano, as estimativas sofreram uma primeira rodada de revisão, para próximo de 1%, porque a economia cresceu mais do que o previsto no ano passado, chegando a 2,9%. O resultado mais positivo foi puxado, sobretudo, por estímulos fiscais eleitorais feitos pelo então presidente Bolsonaro. Desde abril, houve nova revisão nas previsões de crescimento, que chegaram a 1,26% no boletim Focus. O presi-

dente do BC, Roberto Campos Neto, disse recentemente que o **PIB** pode crescer cerca de 1,5%.

Em grande medida, a alta se deve ao bom desempenho do setor agrícola, cuja taxa de expansão é estimada em 7,5%. O mercado de trabalho segue forte, com uma taxa de desemprego em 8,9% em março. Nos dados dessa-zonalizados, o índice está em 8,5%, basicamente estável desde fins do ano passado.

Os economistas apontam outros fatores que ajudam sustentar a economia, entre elas a continuidade da expansão fiscal. O governo Lula obteve do Congresso uma licença de R\$ 200 bilhões para gastar acima do teto de despesas, incluindo aumentos nas transferências do Bolsa Família.

"Essas revisões para cima do crescimento do **PIB** também ocorreram durante a pandemia e no pós-pandemia", diz a economista-chefe do Credit Suisse, Solange Srour. "É o efeito da política fiscal, que é muito difícil modelar", afirma ela, referindo-se aos modelos matemáticos e estatísticos usados para projetar o desempenho a economia.

Além disso, o preço dos alimentos caiu, aumentando a renda real. Algumas famílias acumularam poupança durante a pandemia e agora estão gastando, com maior apetite por serviços. Seja qual for o motivo por trás da maior força da economia, ela ajuda a atenuar um pouco as tensões entre o governo Lula e o Banco Central, que ganhou independência há dois anos.

"Eu tinha uma visão bem negativa, no começo do ano, sobre o crescimento da economia, e está sendo bem melhor do que eu imaginava", afirma o ex-secretário do Tesouro e sócio-fundador da Oriz Partners, Carlos

Kawall. "Isso retira

um pouco da tensão de que o governo queira acelerar o ritmo do gasto público ou hostilizar ainda mais o Banco Central na condução da política monetária."

O quadro deixado pelo governo Bolsonaro, em muitos aspectos, era muito negativo, com a urgência de fazer um freio de arrumação na economia para reinar sobre a **inflação**, além de lidar com um ajuste fiscal frágil, com repressão de gastos. Ao presidente Lula cabia pagar o preço do ajuste, com risco para a popularidade, e a tarefa de Haddad de buscar receitas para equacionar o déficit fiscal ficava mais difícil.

O relativo vigor da economia é ruim para o Banco Central, que terá mais trabalho para baixar a **inflação**, mas há um potencial de alívio nos atritos com o resto do governo. "Crescimento, no fundo, é uma maneira de reduzir as tensões sociais e as pressões fiscais", avalia Kawall.

Vai depender de como o governo Lula contém os impulsos para estimular a economia. Nos últimos dias, houve novas iniciativas, como a intenção de conceder um corte de **impostos** para alavancar a produção e venda de carros populares e a volta dos subsídios fora do Orçamento nos empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), na área de inovação.

A política parafiscal é mais uma fonte de pressão sob o Banco Central, que vem alertando para o risco de perda de eficiência da política monetária. Nas suas reuniões, os membros do Comitê de Política Monetária (Copom) estão discutindo porque a economia segue resiliente, e a **inflação**, resistente.

A estimativa do Banco Central é que, ao fim do ano, a economia esteja operando com uma capacidade

de ociosa de 1,7%, ajudando a baixar a **inflação**. O BC, porém, vem superestimando a capacidade ociosa desde 2022, e pode ter que revê-la de novo. Os índices de preços estão caindo de forma mais lenta do que o previsto, em especial a **inflação** de serviços e os núcleos de **inflação**. A prévia do IPCA de maio trouxe dados mais alentados, com surpresa baixista no índice cheio, que ficou em 4,07% no período de 12 meses, e uma leve descompressão nos preços de serviços e núcleos. Mas será preciso observar mais dados para checar se está mesmo se firmando uma tendência de queda da **inflação**.

O economista-chefe da XP Investimentos e ex-secretário da Indústria e Comércio no Ministério da Economia, Caio Megale, pontua que a **inflação** está mais resistente em todo o mundo, devido às políticas

de combate aos efeitos econômicos da pandemia, que os bancos centrais de economias desenvolvidas demoraram a reagir. Mas há também o efeito da forte expansão fiscal.

"É difícil promover uma desinflação da economia em meio a essa expansão fiscal superforte", diz Megale. "Não é surpresa que a **inflação** está se mostrando tão resistente e reagindo, por ora, tão pouco à alta dos juros."

O arcabouço fiscal embute uma expansão real de gastos de 2,5% no próximo ano, ainda que dependente da arrecadação. Os economistas privados preveem que haverá déficit primário em todo o governo Lula, embora decrescente. A dívida bruta seguiria em expansão pelo menos até 2032, saindo dos atuais 73% do **PIB** para 91,75% do **PIB**.

Além de forçar o Copom a pisar mais no freio no curto prazo, mantendo a Selic alta para derrubar a **inflação**, a expansão fiscal e de crédito direcionado tenderá a levar a economia a operar no longo prazo com juros maiores. As estimativas dos economistas no Focus são de uma taxa real de 5% para os próximos anos, até 2027. As previsões do mercado para o **PIB** em 2024 foram rebaixadas de 1,8% para 1,3%.

"Crescimento reduz as tensões sociais e as pressões fiscais" Carlos Kawall

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187563?page=1§ion=1>

Governo precisa de R\$ 120 bi para poder gastar mais em 2024, diz economista



Luiz Inácio Lula da Silva, Geraldo Alckmin e o ministro Fernando Haddad (Fazenda) durante reunião em Brasília. Imagem: Reuters/Contrasto

Idiana Tomazelli

O governo Lula (PT) precisará arranjar mais R\$ 120 bilhões em novas receitas para conseguir usufruir do dispositivo do novo arcabouço fiscal que autoriza gastos extras em 2024, calcula o economista-chefe e sócio da Warren Rena, Felipe Salto.

O valor é bem maior do que o ganho potencial em novas despesas, que ele estima em até R\$ 28,56 bilhões. O número também representa uma alta real (já descontada a **inflação**) da receita líquida de quase 10%.

A diferença ocorre porque, da forma como o texto foi construído, não basta o governo conseguir atingir o patamar de receitas que dispara o gatilho de gastos adicionais. É preciso também cumprir a meta fiscal estipulada pela equipe econômica, que é de zerar o déficit em 2024.

As contas foram feitas por Salto a pedido da Folha.

"A conclusão é interessante. Mostra o quão difícil é cumprir a meta de primário. Não adianta nada ter esse mecanismo para subir o limite se não tiver espaço no resultado primário. Isso é uma coisa boa da regra. A interação das duas metas: gasto e primário", diz ele, que já foi secretário de Fazenda do Estado de São Paulo e diretor-executivo da IFI (Instituição Fiscal Independente) do Senado.

Em entrevista recente à Folha, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, já havia feito o alerta de que o governo não poderá executar os gastos extras se não houver um volume ainda maior de receitas para

assegurar o cumprimento da meta de primário. Do contrário, o governo terá de contingenciar recursos - o equivalente a dar com uma mão e tirar com a outra.

A divergência entre governo e mercado é sobre o tamanho do esforço de arrecadação necessário para conciliar todas as regras.

A proposta do novo arcabouço fiscal já foi aprovada pela Câmara e aguarda aval do Senado. O texto prevê que o crescimento do limite de gastos do ano seguinte deve equivaler a 70% da variação da receita em 12 meses acumulados até junho do ano anterior, já descontada a **inflação**.

O percentual resultante desse cálculo deve respeitar o intervalo de 0,6% a 2,5%. Na prática, esses são o piso e o teto de avanço das despesas, independentemente do quadro econômico do país.

O governo também precisa seguir uma meta de resultado primário, que no ano que vem é de zerar o déficit (igualando receitas e despesas). Há uma margem de tolerância de 0,25 ponto percentual do **PIB** para mais ou menos -cerca de R\$25 bilhões, atualmente.

A equipe do ministro Fernando Haddad (Fazenda) tinha a expectativa de alcançar a alta de 2,5% no primeiro ano de vigência do novo arcabouço, o que seria suficiente para acomodar o avanço mais forte de alguns gastos obrigatórios, incluindo a retomada dos pisos constitucionais de saúde e educação em patamares mais elevados.

No entanto, mudanças feitas pelo relator na Câmara, deputado Cláudio Cajado (PP--BA), acabaram restringindo esse potencial a algo em torno de 1% a 1,5%, segundo diferentes estimativas do mercado e do próprio governo.

O aperto foi reconhecido por membros do governo Lula. "Hoje, do jeito que o projeto está, teria que cortar nas despesas discricionárias em torno de R\$ 32 bilhões a R\$ 40 bilhões [em relação ao previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias] por causa da alteração que o relator fez", disse nesta terça (30) a ministra do Planejamento e Orçamento, Si-mone Tebet (MDB).

Para não frustrar totalmente os planos da equipe

econômica, o relator propôs um meio-termo, que foi validado pela Câmara. O texto prevê que o governo siga a regra geral na elaboração do Orçamento de 2024, mas com a possibilidade de abrir créditos adicionais ao longo do ano que vem até o limite de alta de 2,5%, caso a arrecadação de 2024 suba de forma mais expressiva em relação a 2023.

Uma análise isolada da regra indicaria que uma alta real de 3,6% na arrecadação no ano que vem já seria suficiente para autorizar a expansão dos gastos (afinal, 70% de 3,6% equivalem a 2,5%).

Mas, sem nenhuma receita adicional, o rombo seria de R\$120 bilhões -descumprindo a meta de zerar o déficit primário no ano que vem. "Logo, ele subiria mais o limite para gastar, mas não poderia gastar", diz Salto.

Para conciliar todas as exigências, o governo teria de obter um crescimento da receita líquida de ao menos R\$ 100 bilhões. "Isso significa uma alta real de 8,7% em relação a 2023, o que é difícil, vale dizer"

Nesse cenário, o resultado seria negativo em 0,17% do **PIB**, estima Salto. O espaço para gastar, já contando com a margem de tolerância da meta, seria de 0,08% do **PIB** -cerca de R\$ 10 bilhões.

Chegar ao teto do crescimento de despesas de 2,5% exigiria um esforço ainda maior, dado que a expansão das despesas seria de R\$28,6 bilhões. Por isso a necessidade de reforçar as receitas em R\$ 120 bilhões.

"Para cumprir a meta de primário e ainda poder gastar todo o adicional dado pelo 2,5%, precisaria de R\$120 bilhões [em arrecadação]. Nesse caso, a receita líquida iria a R\$ 2,172 trilhões. A alta real seria de 9,7%."

Os valores estimados por Salto são maiores do que a alta real de 5% nas receitas que o governo calcula como necessária para viabilizar as despesas extras no ano que vem.

Nas últimas semanas, o governo obteve algumas vitórias no Congresso que podem ajudar na tarefa de reforçar o caixa em 2024. Ainda assim, o alcance da meta de zerar o déficit público no ano que vem ainda é uma dúvida entre analistas do mercado.

Nas contas do governo, iniciativas já validadas pelo Legislativo e pelo Judiciário podem render ao menos R\$ 130 bilhões aos cofres públicos no ano que vem. Outras ações podem ampliar esse valor, mas ainda demandam aval dos parlamentares ou decisão política do Executivo (como a reoneração dos combustíveis, que pode resultar, sozinha, em mais R\$ 60 bilhões).

As contas do mercado têm sido mais tímidas. Além disso, o governo também tem adotado algumas medidas que abrem mão de receitas, como a correção da tabela do 113, a prorrogação de incentivos para o setor de eventos e empresas aéreas e um novo programa de estímulo à aquisição de automóveis.

"As receitas ajudam, mas [o governo] ainda terá dificuldades. Não é um recurso líquido e certo, porque depende de várias coisas, inclusive das reações dos contribuintes e do próprio Judiciário", diz Salto.

Governo central tem superávit primário de R\$ 15,6 bi em abril

O governo central, que reúne Tesouro Nacional, Banco Central e **Previdência Social**, registrou superávit primário de R\$ 15,604 bilhões em abril, divulgou o Tesouro nesta terça (30), em resultado pior do que o saldo positivo de R\$ 28,997 bilhões registrado no mesmo mês do ano passado. No acumulado de janeiro a abril, o saldo nas contas públicas foi positivo em R\$ 42165 bilhões, ante superávit de R\$ 79,023 bilhões em igual período de 2022.

Arcabouço passará por comissão do Senado, diz Pacheco

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou nesta terça (30) que a proposta de novo arcabouço fiscal será analisada pela CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) da Casa antes de ser votada no plenário.

O rito adotado por Pacheco aumentará o prazo para discussões sobre o tema em relação ao que ocorreu na Câmara, com a decisão do presidente Arthur Lira (PP-AL) de levar a discussão diretamente para o plenário.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50293&anchor=6478154&maxTouch=0&_ga=2.11829072.623791784.1685329739-

[1980247189.1672582619&pd=cf441e1db0c79f498f19c0b1fe807170](https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=1980247189.1672582619&pd=cf441e1db0c79f498f19c0b1fe807170)

Duas histórias de construção institucional - ZEINA LATIF

ZEINA LATIF

As políticas fiscal e monetária se entrelaçam, mas têm histórias de construção institucional diferentes no Brasil, com atraso do lado fiscal e maior solidez do lado monetário.

Não há sinalização de mudança desse quadro, em ambos os lados.

A autonomia do Banco Central (BC) não se resume à aprovação do projeto de lei complementar em 2021. Ainda que um passo essencial, não é suficiente, pois leis podem ser revogadas, como foi o caso da autonomia do BC em sua criação, em 1964. A diferença agora é que a lei decorreu de uma longa construção institucional, desde a redemocratização. Assim, sua reversão é pouco provável.

Um primeiro passo para autonomia foi acabar com a conta-movimento entre o Banco do Brasil e o BC, o que implicava repasses automáticos de recursos para financiamento de políticas públicas. Era um desenho que não previa o BC de instrumentos para exercer sua função de controle monetário.

O segundo foi a implementação das metas de **inflação**, em 1999. O mandato preciso ao BC contribuiu para blindar a instituição de pressões externas.

O terceiro passo foi a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), de 2000, que proibiu o BC de financiar a dívida pública, devendo apenas atuar no mercado secundário para regular a liquidez do sistema.

Um fator de grande importância foi o próprio amadurecimento do debate público ao longo das últimas décadas e especialmente após a experiência do governo Dilma, quando aparentemente houve pressão sobre o BC para forçar o corte da taxa de juros.

Em que pese a capacidade do presidente da Câmara de avançar com a matéria, identificando uma janela de oportunidade para avanço no tema no Congresso, é crucial reconhecer a longa construção institucional, o que dificulta retrocessos.

A autonomia formal dos bancos centrais não é

garantia de autonomia na prática, pois ela depende do compromisso de disciplina fiscal de governantes. Isso porque a expansão fiscal descontrolada afeta o apetite de investidores para financiar o governo, por meio da dívida pública, o que acaba se traduzindo em busca por outros ativos, como dólar ou qualquer outro bem que funcione como reserva de valor. Em uma situação extrema, o BC perde o controle da **inflação**.

Esse risco diminuiu bastante no Brasil, exatamente pelo apreço da sociedade à **inflação** baixa.

Mas há o meio do caminho, com um regime fiscal frágil que reduz a eficácia da política monetária, exigindo juros mais altos. Ou seja, a autonomia passa por o BC poder contar com instrumento eficaz para o controle da **inflação**. Nesse aspecto, há muito a avançar.

Alguns propõem aperfeiçoamentos no regime de metas de **inflação**, abolindo o ano-calendário e utilizando a meta contínua. Outros, o aumento da meta. São temas secundários, mas que não deveriam avançar de forma oportunista, para forçar cortes de juros no curto prazo. Um benefício pequeno ante o custo de arranhar a construção institucional do BC. A agenda necessária para reduzir os juros é outra, é a agenda fiscal.

Não há a mesma institucionalidade na política fiscal, apesar dos muitos esforços desde a criação da Secretaria do Tesouro, em 1986. A regra de ouro da Constituição (o governo não pode se endividar para pagar despesas correntes) não pegou. A LRF (não pode criar despesa sem fonte de receita definida) com alguma frequência é violada, se não formalmente, em seu espírito.

Houve muita contabilidade criativa para camuflar déficits primários. A regra do teto foi mal gerida na pandemia e acabou alimentando violações posteriores, com grupos organizados aproveitando para deixar mais despesas fora do teto. Por essa perspectiva, o arcabouço fiscal já nasce com credibilidade comprometida.

Regras fiscais precisam estar acompanhadas de compromisso de governantes com a disciplina fiscal, com reformas. E arrumar as contas públicas é comparativamente mais difícil diante das pressões de grupos organizados, que se beneficiam da falta de

transparência, governança e de análise de custo-benefício da ação estatal.

Aqui, qualidade e quantidade se misturam. Como as políticas públicas pouco entregam, a demanda por recursos é inesgotável. A solução é complexa e exige perseverança, envolvendo inclusive reforma administrativa para melhorar a ação estatal. Não é algo que combina com governos fracos e focados no curto prazo.

Regras fiscais precisam estar acompanhadas de compromisso de governantes com as contas públicas e com reformas

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Tebet diz ver espaço para baixar juros em 0,25 ponto em agosto

MANOEL VENTURA

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, afirmou ontem que há espaço para o Banco Central cortar os juros em 0,25 ponto percentual na reunião de agosto do Comitê de Política Monetária (Copom). A Taxa Selic, hoje de 13,75% ao ano, tem sido alvo de fortes críticas do governo.

Uma das razões que permitiria o corte, disse Tebet, é o avanço do arcabouço fiscal no Congresso e a reação positiva do mercado às novas regras que vão substituir o teto de gastos.

O Copom se reúne este mês, e a ministra espera que o **comunicado** sinalize uma queda de juros no curto prazo.

- Não há justificativa no segundo semestre, já em agosto, a não ser que surja um fato relevante novo, de pelo menos não sinalizar uma queda da taxa de juros no médio prazo. Por exemplo, diminuindo em 0,25 (ponto percentual) na reunião do Copom de agosto deste ano - disse Tebet ao participar de mais uma edição do "E agora, Brasil?" sobre o projeto do novo arcabouço fiscal.

CENÁRIO FAVORÁVEL

O evento é uma realização dos jornais O GLOBO e Valor Econômico, com patrocínio do Sistema Comércio através da CNC, do Sesc, do Senac e de suas federações. O debate também contou com a participação do secretário executivo do Ministério da Fazenda, Gabriel Galípolo.

A ministra afirmou que o cenário atual é melhor do que quando o BC subiu os juros para o atual patamar: - Todos os fatores macroeconômicos, o arcabouço fiscal, a estimativa do **PIB** e a desaceleração da **inflação** são fatores muito distintos do que os que levaram o Banco Central a elevar os juros a 13,75%. Hoje não temos nada disso.

Galípolo, por sua vez, ressaltou que as taxas de juros de longo prazo do mercado já recuaram depois de a Câmara aprovar o arcabouço fiscal: - Quando olho para o mercado e para o preço dos ativos, desde a divulgação do arcabouço, a taxa de juros longa vem cedendo e tem uma projeção para o médio prazo de

taxas de juros do mercado. O câmbio atingiu um novo patamar.

O secretário também citou uma conversa com o presidente do BC para afirmar que não há risco de uma trajetória explosiva da relação dívida bruta e **PIB**: -As projeções que a gente tem feito, como foi dito até pelo presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, é que aquele risco que existia de uma trajetória explosiva da relação dívida/**PIB** foi afastado a partir do anúncio do novo regime fiscal.

CONFIANÇA NO SENADO

No evento, Tebet disse ainda que será preciso cortar entre R\$ 32 bilhões e R\$ 40 bilhões de despesas discricionárias (não obrigatórias) em 2024 por causa da forma como o arcabouço fiscal foi aprovado na Câmara. Entre essas despesas, citou inclusive emendas parlamentares.

Segundo Tebet, esse corte é necessário para cumprir pisos de despesas obrigatórias, como saúde e educação: -O arcabouço ficou mais restritivo no que refere a gastos.

O novo teto, aumentando ou não a receita, eu vou ter (corte), isso é oficial. Nos parâmetros de hoje, eu teria que cortar de despesas discricionárias algo em torno de R\$ 32 bilhões, podendo chegar a R\$ 40 bilhões com uma simples alteração que o relator fez.

A ministra disse estar confiante de que o Senado vai aprovar o texto.

Bloqueio de R\$ 1,7 bi afeta seis ministérios

O governo federal publicou ontem o decreto que traz o detalhamento do bloqueio de R\$ 1,7 bilhão, anunciado no último dia 22, para o cumprimento do teto de gastos. O contingenciamento foi dividido em seis áreas e atinge despesas de manutenção da máquina e investimentos.

Os ministérios mais afetados pelo bloqueio foram Cidades e Transportes, com R\$ 691,3 milhões e R\$ 602,1 milhões, respectivamente.

Também tiveram recursos contingenciados as pastas do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e

Combate à Fome (R\$ 118,2 milhões), Integração e Desenvolvimento Regional (R\$ 96,1 milhões), Fazenda (R\$ 93,2 milhões) e Planejamento e Orçamento (R\$ 88,4 milhões).

O governo anunciou a necessidade de bloquear R\$ 1,7 bilhão nas chamadas despesas discricionárias do Orçamento deste ano para cumprir o teto de gastos, regra fiscal que ainda está em vigor.

Pelo teto de gastos, as despesas do governo, de um ano para o outro, só podem crescer na mesma proporção da **inflação**.

O bloqueio é necessário porque houve um crescimento de despesas obrigatórias. (Manoel Ventura)

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Superávit menor não muda previsão oficial de rombo

Estevão Taiar e Guilherme Pimenta De Brasília

O superávit primário do governo federal nos quatro primeiros meses deste ano caiu mais de R\$ 30 bilhões em relação ao mesmo período de 2022, mas ainda assim é suficiente para que o déficit de 2023 fique em aproximadamente R\$ 100 bilhões, na avaliação do Ministério da Fazenda.

O governo central registrou superávit de R\$ 47,1 bilhões de janeiro a abril deste ano, contra R\$ 79 bilhões no primeiro quadrimestre de 2022.

"Encerramos um primeiro quadrimestre muito desafiador", disse em entrevista coletiva o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron. Ele classificou o resultado como "bom" e um sinal de que o déficit será de "no máximo" 1% do Produto Interno Bruto (**PIB**), algo na casa dos R\$ 100 bilhões. Ceron também chamou atenção para a dificuldade de reverter desonerações implantadas no segundo semestre do ano passado e compensar a expansão de despesas também adotada no fim de 2022.

Os números de abril fizeram a XP Investimentos manter a sua projeção de déficit de R\$ 119,6 bilhões para este ano, mas agora com "viés de baixa", escreveu o economista Thiago Sbardelotto em relatório. A projeção leva em conta a "alteração da base de cálculo do PIS/Cofins referente aos créditos" do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Mas não considera "nenhuma das recentes medidas anunciadas", entre as quais "a tributação de apostas on-line e comércio eletrônico" e a proibição de as empresas abaterem incentivos fiscais concedidos por meio do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Segundo ele, a tendência é que tais medidas não tenham "impacto significativo neste ano".

Sbardelotto ainda afirma que, apesar da manutenção da estimativa, os números de abril "mostram que ambos os lados da equação (despesas e receitas) mudaram sua tendência". Do lado das receitas é possível observar, por exemplo, "o impacto [negativo] de primeira ordem da queda dos preços do petróleo, uma vez que os royalties e participação especial relacionados à produção de petróleo apresentam uma

forte queda". .

"Além disso, a desaceleração da atividade econômica no segundo semestre deste ano pode ter um impacto significativo na retenção de imposto de renda na fonte sobre o trabalho e nas receitas previdenciárias, uma vez que o mercado de trabalho deve perder força." Do lado dos gastos, devem começar a pesar os efeitos do aumento do salário mínimo sobre as despesas com benefícios previdenciários e assistência social.

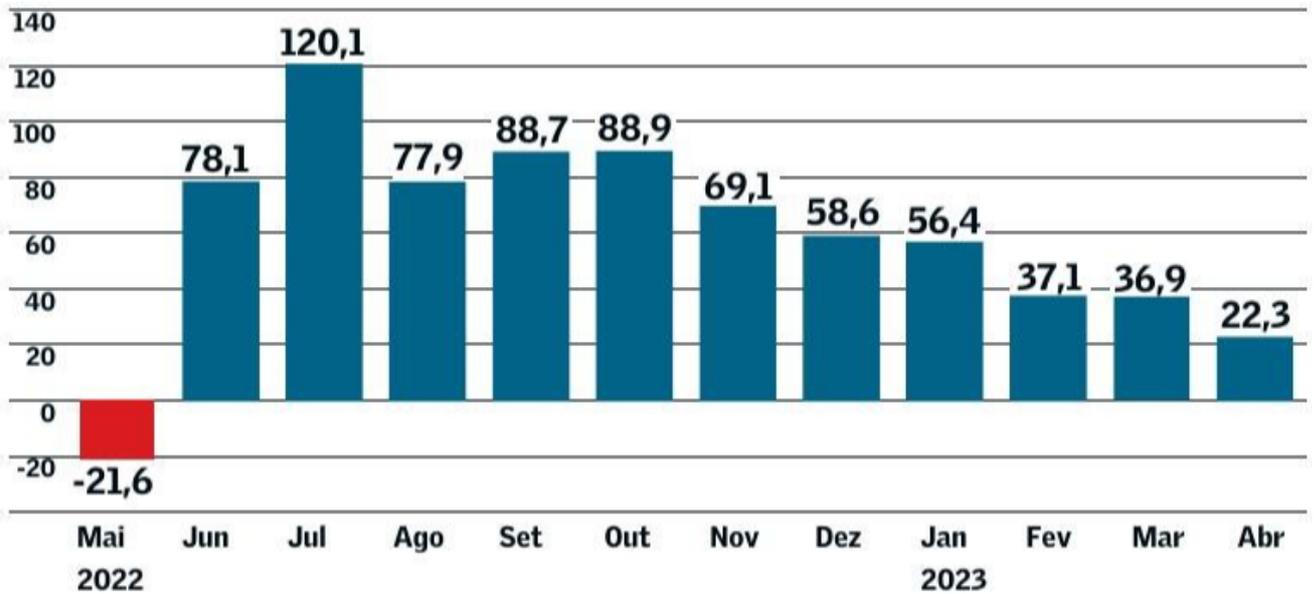
Fábio Serrano, economista do BTG Pactual, também afirma que o resultado primário acumulado em 12 meses "deve começar a recuar de maneira mais forte a partir de junho". No segundo semestre, "receitas extraordinárias arrecadadas em 2022 sairão da conta, e o novo reajuste do salário mínimo e de salário dos servidores aparecerão nos dados". Ele calcula déficit de R\$ 108,8 bilhões para este ano.

"A desaceleração da atividade no segundo semestre pode ter impacto na retenção de IR na fonte sobre trabalho e na receita previdenciária" Thiago Sbardelotto

Site: valor.globo.com/virador/#!/edition/187563

Resultado primário

Em R\$ bi, acumulado em 12 meses



Fonte: Tesouro Nacional

Os números de abril fizeram a ... | culo do PIS/Cofins referente aos